

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

STÉFANY RODRIGUES TAVARES

**PROCESSOS AVALIATIVOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: a experiência da Escola
Municipal Presidente Itamar Franco – Uberlândia MG**

UBERLÂNDIA

2016

STÉFANY RODRIGUES TAVARES

PROCESSOS AVALIATIVOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: a experiência da Escola Municipal Presidente Itamar Franco – Uberlândia MG

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em História, sob orientação da Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira.

UBERLÂNDIA

2016

PROCESSOS AVALIATIVOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: a experiência da Escola
Municipal Presidente Itamar Franco – Uberlândia MG

Monografia aprovada para obtenção de título de
Bacharel e Licenciada em História pela
Universidade Federal de Uberlândia (MG), pela
banca examinadora formada por:

Uberlândia, 02 de julho de 2016

Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira
Orientadora

Dra. Maria Andréa Angelotti Carmo
Examinadora

Dra. Olenir Maria Mendes
Examinadora

Dedico esse trabalho à minha mãe,
Maria Aparecida e a meu pai Hélio.
Meus exemplos, meus mentores.
Àqueles que, algum dia, espero ser pelo
menos metade do que eles são.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é um dos maiores princípios de reconhecimento. Quando recebemos algo significativo em nossa vida, que nos proporciona aprendizados, crescimento ou desenvolvimento pessoal, faz todo o sentido mostrar-se grato a tudo que acontece ou não ao decorrer de sua trajetória pessoal, profissional e intelectual. É partindo desse pressuposto que sou totalmente grata a tudo o que sou e o que ainda irei me tornar.

Agradeço primeiramente à Deus pela força durante essa jornada de produção dessa pesquisa e ao longo de toda graduação. Sua presença me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades, me deu sabedoria para analisá-las e propor um olhar sobre a temática escolhida.

À minha mãe Maria Aparecida Tavares e ao meu pai Hélio Rodrigues Nazário pelo apoio incondicional às minhas escolhas. Sem o incentivo de vocês essa jornada seria com certeza mais árdua e menos inspiradora.

À minha irmã Steicy, aos amigos Lucas, Diêgo e Luiz Henrique. Às amigas Loane e Aline pelo apoio irrestrito, companheirismo e compreensão pelas ausências que se fizeram necessárias durante todo esse processo.

Aos meus colegas e professoras supervisoras do PIBID que foram de suma importância para formação da minha curta experiência como docente na escola pública. Com essas pessoas compartilhei aprendizados e experiências que levarei para a vida toda.

À minha professora, orientadora e amiga Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira pelo grande tempo demandado a mim, a fim de me esclarecer dúvidas, me ensinar e fazer com que eu sempre enxergue determinada situação com outro ponto de vista. Obrigada por ampliar meus olhares e me mostrar tantas possibilidades.

À todas as pessoas que trabalham na Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Itamar Franco que contribuíram para a coleta de dados da minha pesquisa. Obrigada por me receberem tão bem e serem tão solícitos ao fornecer informações.

Às minhas professoras e aos meus professores responsáveis pela minha formação desde as séries iniciais do Ensino Básico, até os dias atuais no Ensino Superior. Admiro muito pessoas que escolheram o ato de ensinar como profissão. Só o amor pelo ofício faz com que sigamos em frente.

Se fosse ensinar a uma criança a beleza da música não começaria com partituras, notas e pautas. Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas e lhe contaria sobre os instrumentos que fazem a música. Aí, encantada com a beleza da música, ela mesma me pediria que lhe ensinasse o mistério daquelas bolinhas pretas escritas sobre as cinco linhas. Porque as bolinhas pretas e as cinco linhas são apenas ferramentas para a produção da beleza musical. A experiência da beleza tem de vir antes.

Rubem Alves

RESUMO

A avaliação é um processo importante na metodologia de ensino aprendizagem e merece atenção especial pois, é por meio dela que compreendemos a realidade desse processo. A forma como a avaliação é realizada deve levar em consideração diversos fatores internos e externos a escola para que não se torne um processo de exclusão. A presente pesquisa foi realizada a fim de esclarecer a forma como a avaliação é vista pelas pessoas envolvidas no ensino, bem como quais teóricos embasam a forma como a avaliação é realizada na escola. No decorrer da pesquisa foi possível identificar diversas linhas de pensamento teórico acerca da temática, bem como coletar dados quantitativos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Itamar Franco que possibilitaram essa pesquisa para que as formas de avaliação e fatores externos fossem analisadas, tais como quantitativos de matrículas, turmas, abandono, transferências reprovação e número de estudantes contemplados pelo Programa de Iniciativa Federal Bolsa Família. Por meio desse estudo foi possível concluir que ainda que fatores externos a escola influenciem na qualidade da aprendizagem, a escola precisa utilizar a vivência de estudantes para contribuir com o processo de aprendizagem e não utilizar a avaliação como uma forma de excluir estudantes e sim como um meio afim de sempre melhorar a qualidade de ensino.

PALAVRAS CHAVE: Avaliação – Ensino Fundamental – Aprendizagem – Estudante.

LISTA DE GRÁFICOS UTILIZADOS

GRÁFICO 1: COMPARAÇÃO DE DESEMPENHO ENTRE DUAS TURMAS.....	40
--	----

LISTA DE TABELAS UTILIZADAS

TABELA 1: TURMAS E MATRÍCULAS NOS ANOS DE 2014 E 2015.....	31
TABELA 2: ESTUDANTES CONTEMPLADOS PELO BOLSA FAMÍLIA.....	34
TABELA 3: TRASNFERÊNCIAS E ABANDONOS ESCOLARES.....	36
TABELA 4: REPROVAÇÃO	37

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

AEE:	Atendimento Educacional Especializado
BIA:	Bloco Inicial de Alfabetização
CEP:	Código de Endereçamento Postal
CNE:	Conselho Nacional de Educação
EAD:	Ensino à Distância
EMEF:	Escola Municipal de Ensino Fundamental
INEP:	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB:	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MG:	Minas Gerais
PDE:	Plano de Desenvolvimento da Educação
PCNs:	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP:	Projeto Político Pedagógico
UFU:	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO	7
LISTA DE GRÁFICOS UTILIZADOS	8
LISTA DE TABELAS UTILIZADAS.....	8
LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: CONCEITUANDO E DISCUTINDO AVALIAÇÃO	16
CAPÍTULO II: O bairro, a escola e as experiências avaliativas realizadas.	27
BAIRRO SHOPPING PARK.....	27
APRESENTAÇÃO DA ESCOLA.....	28
A ESCOLA E SEUS NÚMEROS: O QUE ELES PODEM NOS DIZER?	30
TABELA 1: TURMAS E MATRÍCULAS NOS ANOS DE 2014 E 2015.....	31
TABELA 2: ESTUDANTES CONTEMPLADOS PELO BOLSA FAMÍLIA.....	34
TABELA 3: TRASNFERÊNCIAS E ABANDONOS ESCOLARES.....	36
QUANTITATIVO DE CRIANÇAS RETIDAS NA MESMA SÉRIE	37
TABELA 4: REPROVAÇÃO	37
GRÁFICO 1: COMPARAÇÃO DE DESEMPENHO ENTRE DUAS TURMAS	40
CONCLUSÃO: ALTERNATIVAS PARA AVALIAR SEM EXCLUIR.....	46
REFERÊNCIAS.....	51
ANEXOS	54
ANEXO 1: Ficha de Avaliação Diagnóstica	54
ANEXO 2: Fluxograma de Turmas e Alunos – Para 2015 – Diurno.....	57

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar foi algo que me instigou desde muito cedo em minha trajetória escolar, mesmo quando apenas participava sem observá-lo com um olhar crítico de historiadora. Posso dizer que já estive dos “dois lados”: primeiramente como estudante e posteriormente como estagiária e professora. Durante o tempo em que estive na escola, vivenciei experiências que só pude compreender e analisar posteriormente quando olhei para o espaço escolar de forma mais crítica. Por sempre ter estudado em escola pública de periferia e posteriormente ter atuado em projetos da Universidade que contemplavam também escolas da periferia, vivenciei experiências que me chamaram a atenção e, por esse motivo, decidi dedicar a minha pesquisa de conclusão de curso a essa temática.

Vi estudantes sendo reprovados (as) ou até deixando os estudos por diversos motivos que iam muito além da falta de domínio do conteúdo avaliado, perpassando por desafios familiares ou vulnerabilidade social. Mas essa era uma impressão que possuía sem ter pesquisado sobre a teoria que envolve o espaço escolar. No decorrer da vivência na escola concomitante ao estudo das referências bibliográficas, pude notar diversos detalhes importantes que vão além do olhar puro e simples. Essa percepção só foi possível após leituras e direcionamentos acerca da teoria.

A partir da experiência que vivi como estudante, de estudos teóricos executados ao decorrer de minha graduação, pesquisas e sob a orientação da Professora Doutora Jorgetânia da Silva Ferreira, pretendi analisar sistematicamente a avaliação no Ensino Fundamental. Para conhecer melhor essas experiências e decidi também realizar uma pesquisa de campo contemplando uma escola de ensino fundamental da cidade de Uberlândia, com o objetivo participar novamente do ambiente escolar com um novo olhar, captar informações desses participantes do cotidiano escolar em conversas, além dos dados gerais que também estarão presentes no decorrer do texto.

Como observamos ao longo dessa pesquisa, o ambiente escolar é um lugar de forte interação social e exerce muita influência na formação da criança como sujeito social. Além de ser um lugar de acesso ao aprendizado formal, em alguns casos a escola é o lugar que a criança tem contato com regras, disciplina, convivência com outras etnias, religiões, famílias e pensamentos diferentes do que está habituada a viver no ambiente privado de seu lar. Pensando na importância desse espaço social, interessou-me entender melhor o que se passava nele, os motivos que fazem com que essas mesmas crianças sejam avaliadas com um

aproveitamento ruim segundo os padrões de avaliação estabelecidos na escola. Nesse sentido gostaria de destacar um trecho da obra “Quando novos personagens entraram em cena”, especificamente a ideia acerca da importância da inserção do indivíduo em um espaço social. Mas ainda resta-nos refletir se mesmo se esse indivíduo inserido, se o mesmo é reconhecido no espaço social:

Que são as migalhas das pequenas vitórias das pequenas lutas? São as experiências que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes „dá a dignidade de um acontecimento histórico.¹

Por ter participado de alguns projetos que abordaram a educação básica pública, percebi que a escola pode exercer uma influência significativa na formação crítica de seus participantes. Preparando-os para exercer ou não postura crítica em seu cotidiano. Tais temáticas sempre me motivaram a estudar e saber mais sobre a importância do cotidiano escolar, pois como a citação acima incita-nos a pensar, é por meio da inserção do sujeito em um espaço social que o mesmo traça a sua trajetória ao decorrer de todo o processo histórico.

A temática da pesquisa proposta girou em torno do estudo e identificação de situações que levaram determinados grupos a obterem aproveitamento ruim, reprovarem ou até mesmo evadirem da escola já no Ensino Fundamental nos anos iniciais. Foi utilizado como fonte a observação e os diários produzidos na Escola selecionada, documentos oficiais da escola como o PPP (Projeto Político Pedagógico), PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), cadernos de ocorrência, legislação federal e municipal que regem a instituição.

Realizamos também uma pequena análise da localização da escola e contextos sociais que a envolvem. Tais contextualizações são de suma importância para que possamos estabelecer características acerca da temática e situações que pretendemos estudar, pois é fato que fatores externos também influenciam diretamente no ambiente escolar e na formação da criança assim como a escola também influencia a sociedade.

A pesquisa foi realizada com base nas seguintes etapas: Primeiramente a pesquisa bibliográfica abordando autores clássicos e contemporâneos para fomentar e dar conteúdo ao desenvolvimento da pesquisa. Posteriormente, para a pesquisa de campo foram utilizadas as metodologias de observação do espaço escolar e conversas com a equipe administrativa e alguns discentes selecionados, coleta e tabulação de dados produzidos pela própria instituição

¹ CHAUI, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.p.12.

por meio de cadernos de ocorrência e diários de classe, além de consultar documentação oficial da escola, como projetos institucionais e o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

A pesquisa foi realizada buscando uma leitura crítica da realidade escolar. Neste sentido é fundamental compreender a história da escola e conhecê-la por meio de visitas, leitura dos documentos norteadores presentes na escola, conversar com profissionais e estudantes participantes dessa comunidade escolar. Além dos aspectos qualitativos, buscamos os dados quantitativos acerca de estudantes retidos na mesma série para melhor compreender a realidade escolar. Após esse trabalho de coleta de dados e estudo teórico da temática, buscamos articular esses dados e informações, buscando discuti-los a partir das referências teóricas, para que fosse possível construir, posteriormente, uma conclusão da pesquisa. Dessa maneira tivemos como ponto de partida uma problemática de pesquisa que busca compreender e analisar a forma como fatores internos e externos influenciam no aproveitamento de estudantes do Ensino Fundamental Público:

Ao longo de sua trajetória escolar, esses/as jovens de classes populares passam por processos de exclusão que acontecem, geralmente, à medida que o grau de instrução aumenta. A adoção de algumas políticas públicas, como Progressão Continuada, contribui para que os/as estudantes permaneçam por mais tempo nas escolas, porém, de acordo com Freitas (2005), apesar do tempo de permanência aumentar, políticas públicas como a Progressão Continuada encobrem novas formas de exclusão. O/a estudante passa a ter mais tempo na escola, contudo esse tempo, geralmente, não está sendo trabalhado a favor do/a mesmo/a, pois “adiam a eliminação do aluno e internalizam processos de exclusão, permitindo maior tempo para formação de atitudes de subordinação e obediência típicas das estruturas historicamente construídas na escola.”.²

Grande parte do tempo escuta-se discursos que relaciona a falta de condição financeira ao aproveitamento ruim ou até mesmo a evasão escolar. Esses fatores são de suma importância e é fato que tais fatores influenciam diretamente no aproveitamento desses estudantes. Mas por outro lado, podemos pensar em uma análise mais minuciosa e voltar nossos olhares para as formas como a avaliação é realizada na própria escola haja vista que alegar apenas para condições financeiras é uma forma muito geral e impessoal de tratar os problemas de aproveitamento escolar e de não buscar a raiz da não aprendizagem ou o

² FREITAS, Luiz Carlos de. **Eliminação adiada**: novas formas de exclusão introduzidas pelas reformas. *Proposições*, São Paulo, v. 16, n.3 (48) p. 111 – 144 set/dez. 2005. p.135. *apud*. SILVA, Mavi Consuelo. *A influência das questões de gênero nos processos avaliativos escolares*. Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia. 2013. (Dissertação de Mestrado). pp. 15-16.

contexto de fatores que contribuem para as não aprendizagens. Além de fatores financeiros, podemos supor também influências sociais, culturais e de gênero na composição desses dados, além da influência da própria escola e seu modelo de ensino.

É interessante enfatizar que as condições sócio-econômicas representam um fator sério e relevante que de fato repercute no desenvolvimento escolar. Crianças que vivem em casas sem luz elétrica, por exemplo, ficam prejudicadas nos processos de leitura. O mesmo acontece com crianças que moram em ruas sem asfalto, ou que possuem mães e pais analfabetos, impossibilitando que recebam ajuda nas tarefas que discentes enviam para que sejam feitas em casa.

A partir desse pressuposto é que surge o seguinte questionamento que pretendemos ao menos esclarecer ao decorrer da pesquisa: Por que determinadas crianças possuem aproveitamento ruim? Como esses estudantes são avaliados? É o modelo adequado de avaliação? Quem são as crianças que possuem um aproveitamento considerado ruim segundo os parâmetros de avaliação da escola? Será que as crianças e adolescentes não apreendem apenas em função de problemas externos à escola? Seriam os fatores internos os mais importantes? Ou seria a combinação desses fatores?

Assim temos como objeto de pesquisa a teoria e prática da avaliação no sistema de ensino público, especificamente as séries iniciais do Ensino Fundamental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Itamar Franco, localizada no Bairro Shopping Park, na cidade de Uberlândia-MG. As séries iniciais do Ensino Fundamental me chamaram a atenção, devido ao fato de ter atuado nas séries finais do mesmo bem como no Ensino Médio e ter observado grandes dificuldades de aprendizados que eram totalmente relacionadas com leitura, escrita e interpretação de textos, habilidades desenvolvidas em toda a vida escolar, mas que são trabalhadas massivamente nas séries iniciais e são a base para o aprendizado de outros conteúdos. A leitura, interpretação, escrita e diálogo são as formas que na maioria das vezes estudantes são avaliados. Com relação a escolha da escola, o interesse surgiu especificamente sobre ela, por eu ter contato com a administração da escola e ouvir falar de diversos projetos desenvolvidos por discentes que envolviam educação popular e conteúdos de sua importância, mas que não são contemplados pelo currículo básico.

Esse trabalho se divide em dois capítulos. No primeiro, buscamos fazer uma análise acerca da produção bibliográfica sobre a avaliação educacional. No segundo capítulo fizemos uma contextualização do local em que a escola está inserida e da história da escola, na perspectiva de melhor compreender o objeto de estudo. Após essas reflexões, o trabalho foi

concluído com algumas análises acerca da temática e também buscando pensar alternativas para avaliar sem excluir estudantes.

CAPÍTULO I: CONCEITUANDO E DISCUTINDO AVALIAÇÃO

*Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela.*³

No decorrer da pesquisa percebemos que existem diversos conceitos para o tema “Avaliação” que perpassam por diversos aspectos e considerações: conceitos distintos ou contraditórios, pois avaliar está diretamente ligado ao ato de julgar, atribuir valores particulares, medir de acordo com suas concepções e diagnosticar. Pensando nesse sentido, a todo momento estamos avaliando algo ou alguém de acordo com aquilo que você acredita. E essa prática acaba sendo transferida para o ambiente escolar também. A avaliação escolar em sua grande parte, é realizada da mesma forma:

O fenômeno da avaliação em sala de aula tem pelo menos três componentes. O primeiro deles é o aspecto instrucional – o lado mais conhecido da avaliação –, pelo qual se avalia o domínio de habilidades e conteúdos em provas, chamadas, trabalhos etc. Boa parte das definições de avaliação somente capta este elemento ao enfatizar que a avaliação é para saber o que o aluno aprendeu. O segundo componente, constituído pela avaliação do comportamento do aluno em sala, é um poderoso instrumento de controle em ambiente escolar, já que permite ao professor exigir do aluno obediência às regras (...). O terceiro componente da avaliação são os valores e atitudes compartilhados em sala de aula e que consistem em expor o aluno a reprimendas verbais, físicas, comentários críticos e até humilhação perante à classe.⁴

Levando em consideração o pensamento de Freitas, ao observar a forma de avaliação aplicada em sala de aula, raramente docentes conseguem fugir desse modelo já pré-estabelecido. São respostas ou comportamentos esperados transformados em notas ou conceitos que vão determinar se estudantes irão obter a média necessária para concluir o ano letivo e ser promovido ao próximo ano para dar continuidade aos seus estudos. O grande questionamento que surge é no sentido da captação da compreensão de estudantes com relação ao conteúdo abordado, qual está sendo o seu nível de aprendizado e se realmente estão condizentes com as notas ou conceitos obtidos.

Nesse sentido, se levarmos em consideração Perrenoud (1999) se pode observar que a avaliação escolar tem sido praticada como algo diretamente relacionada com a classificação

³ FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 2002. P. 86.

⁴ FREITAS, Luiz Carlos de. A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. Educação e Sociedade, vol.25, n.86, p.157, abril 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

e seleção de estudantes e formas de conhecimentos. O autor ainda ressalta que a forma como a avaliação está imposta leva os/as docentes a hierarquizar a excelência, ou seja, estudantes são comparados e classificados de acordo com uma norma pré-estabelecida pela escola as quais em sua grande maioria, não possuem participação de estudantes para elaborá-las.

Ainda podemos ir além, no sentido de que mesmo se houvesse participação efetiva de estudantes na elaboração dos instrumentos de avaliação, ainda restaria o questionamento sobre o nível de maturidade e conhecimento das mesmas para tomar ou não decisões acerca dessa etapa do processo de ensino/aprendizagem. Por outro lado, deve-se considerar que talvez seja necessário indagar sobre a necessidade de o docente respeitar essa diferença de saberes de quem compõem o processo, não impondo por sua autoridade e concepções já pré-estabelecidas. É interessante ressaltarmos que a participação de discentes na construção desse processo será mais proveitosa se tiver o seu olhar acerca do processo, portanto, cabe ao docente analisar essa participação e aplicá-la da melhor forma possível.

A avaliação classificatória limita aquilo que a criança pode ser no ambiente escolar: boa ou ruim, apta ou inapta, alfabetizada ou não-alfabetizada. Se a mesma não se encaixa nos padrões estabelecidos pela escola ela acaba sendo excluída, de forma direta ou indireta. Ou ainda se o/a estudante tiver uma capacidade acima da média em determinada área de conhecimento presente no currículo escolar, essas habilidades excepcionais dificilmente serão identificadas no decorrer desse processo, pois, as chamadas altas habilidades são vividas como problema e tem sido difícil para a escola lidar positivamente com essas diferenças.

Na escola estudada observamos uma preocupação em considerar o desenvolvimento da/do estudante no decorrer do ano letivo. Essas informações são obtidas por meio da elaboração de relatórios, cuja nota é dividida em avaliações qualitativas que valorizam o processo e uma porcentagem menor é destinada a avaliação quantitativa que visa ser o produto do processo de ensino/aprendizagem. Mas observamos também que ao final o que resta é o conceito se a criança está apta ou não a prosseguir para o ano seguinte na seriação do ensino. Alguns autores discorrem acerca da diferenciação entre avaliação e verificação:

Torna-se importante distinguir, com clareza, os conceitos de avaliação e verificação. Para Luckesi (1999, p. 92) a verificação “configura-se pela observação, obtenção, análise e síntese dos dados ou informações que delimitam o objeto ou ato com o qual se está trabalhando”. A verificação é a constatação daquilo que se pode aferir em determinado momento. Ela é estática e termina no momento do teste, portanto, não há aprendizado durante o processo de “verificação”, apenas a checagem do conhecimento assimilado. Para que o processo de verificação funcione é necessário medir os resultados alcançados pelos alunos. “E a medida dá-se com a contagem

dos acertos dos educandos sobre um conteúdo, dentro de certo limite de possibilidades, equivalente à quantidade de questões que possui o teste, prova, ou trabalho dissertativo”. (LUCKESI, 1999, p. 92). Os acertos são transformados em pontos ou conceitos, os quais servirão para classificar os alunos em aprovados e reprovados.⁵

Partindo desse pressuposto é necessário ir além. É necessário observar melhor e conceituar os tipos de avaliação pertencentes no Projeto Político Pedagógico da escola e consequentemente identificar a concepção educacional adotada pela escola que embasa teoricamente a forma de avaliar estudantes. Por esse motivo surgiu a necessidade de observar e acompanhar o processo ao longo do percurso de aprendizagem da criança e não exclusivamente o resultado final do processo, pois a avaliação escolar não pode acontecer *“num vazio conceitual, mas deve estar dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, consequentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica.”*⁶ Portanto, acreditamos que a avaliação deve ser realizada priorizando aspectos teórico-metodológicos advindas da análise epistemológica realizada de forma crítica pelas pessoas que compõem o sistema educacional, principalmente o corpo docente.

No momento em que se chega à conclusão de que a criança tem dificuldades de aprendizado por determinado motivo, já é uma forma de avaliar. Porém essa prática deve ser feita de forma consciente e acompanhar momentos do trabalho pedagógico, mas também todo o processo de ensino/aprendizagem para que seja feita de maneira mais completa e justa.

Entretanto, é bastante comum notar que os processos adotados de avaliação são bastante atrelados à simples averiguação do desempenho de estudantes de acordo com as concepções da escola, nas quais são utilizados diversos instrumentos para medir suas capacidades de absorver conteúdos curriculares, tomando como base o resultado final. Mesmo que sejam realizados trabalhos ao decorrer de todo ano letivo, no final das contas o que realmente importa é a média: se for menos de 60% inapto, se for mais de 60% apto. Nesse sentido o sistema escolar acaba por contentar-se com a verificação da capacidade de memorização, repetição e reprodução oral ou escrita pela criança, fazendo com que o restante do processo, o caminho percorrido pela criança, os desafios superados não sejam tão valorizados quanto a nota que a mesma conseguiu acumular ao final do ano letivo. Desse modo, é interessante ressaltar que:

⁵ BERNARDES, Poliana de Oliveira; SILVA, Deive Bernardes da; MIRANDA, Gilberto José; SANTOS, Welson Barbosa; OLIVEIRA, José Wilson de. Verificação: uma avaliação trumática.p.2.

⁶ CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. Ressignificando a avaliação escolar. In Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000. (Cadernos de Avaliação 3).p. 122

... a escola brasileira opera com a verificação e não com a avaliação da aprendizagem. Este fato fica patente ao observarmos que os resultados da aprendizagem usualmente têm a função de estabelecer uma classificação do educando, expressa em sua aprovação ou reprovação. O uso dos resultados encerra-se na obtenção e registro da configuração da aprendizagem do educando, nada decorrendo daí.⁷

Assim observamos que a avaliação torna-se restrita e muitas vezes padronizada. Uma ação suma importância, levando em consideração a grande diversidade de etnias, religiosidades, classes sociais, saberes e gêneros que estão presentes na escola. Como se a simples comparação de respostas certas ou erradas demonstrassem a grandiosidade dos reflexos do aprendizado que a criança realizou no decorrer do período avaliado. Sendo assim, professoras e professores estão utilizando a avaliação como um instrumento para verificar e selecionar estudantes que atendem as expectativas do sistema educacional, e não como uma etapa, como uma parte integrante do ensino e da aprendizagem.

O desafio encontrado quando a avaliação é apenas um instrumento de verificação é que as exigências do currículo escolar podem não condizer com as necessidades de estudantes, ocasionando assim conflitos e deficiências no processo de aprendizagem. Preocupando-se cada vez mais com números e estatísticas, nas quais crianças são cobradas para que manifestem um desempenho mais repetitivo do que críticos e reflexivos, a escola, mesmo lutando para formar cidadãos/cidadãs que possuem capacidades interpretativas e críticas, acaba fazendo isso de forma bastante superficial ao dar mais importância ao produto e não ao processo. A escola escolhe a forma de avaliar estudantes. Um processo que depois de realizado verifica se houve um encaixe nos padrões, determinando assim se a criança será “promovida” ou não ao ano seguinte.

Não é raro perceber que parte dos/as discentes preocupa-se muito com suas notas, se foram aprovados ou não. Mesmo sendo aprovados em segundas ou terceiras oportunidades como a prova de recuperação, estudos independentes, dentre outras formas. Focando apenas no resultado final desconsidera-se todo o processo de aprendizagem e fazem com que estudantes cresçam acreditando que a prova é a única forma de mostrar que aprendeu consequentemente o mesmo prepara-se apenas para as provas, decorando o conteúdo que não possui importância a não ser para a prova e depois de algum tempo, a memória substitui toda

⁷ LUCKESI, Cipriano Carlos. Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola? IN: Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. São Paulo. Cortez, 2009. p.76

aquela informação decorada por outra que irá decorar para as avaliações que vem a seguir. Nesse sentido podemos observar que:

...o aluno tende a se ajustar à modalidade de avaliação do professor, a qual é representativa da ação docente desenvolvida. Ele estudará apenas para a prova se perceber ser essa a forma preferida pelo professor, uma perspectiva de produto, ou procurará apropriar-se do conteúdo analisado e debitado a cada aula, assumindo uma atitude participativa se o professor valorizar o processo de aprendizagem e buscar outras formas de avaliação além da prova.⁹

Concordamos com as autoras acima citadas de que quando a avaliação é valorizada apenas como verificação, estudantes são habituados a voltar-se aos requisitos avaliados pelas professoras e professores, nos quais não se dá importância em como aquela nota foi obtida e nem quais caminhos foram percorridos para conquistá-las e sim se houve aprovação ao final do processo. O aprendizado em si vai ficando em segundo plano ao partirmos desse pressuposto, haja vista que as formas utilizadas fazem com que isso acabe acontecendo e perdendo o seu real sentido em algum período do ano letivo.

Além disso, não podemos deixar de considerar os fatores externos. Muitas vezes podemos perceber que há uma culpabilização do ambiente externo à escola: crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social, em geral, com aproveitamento inferior comparadas às crianças que não estão na mesma situação. No decorrer do período em que estive presente no ambiente escolar, percebi falas do tipo:

... Ele não tem um aproveitamento melhor porque falta muito devido a sua família ser envolvida com drogas...
 Ela falta muito porque a mãe trabalha e ela tem irmãos menores que ela e as vezes precisa ficar em casa para cuidar deles...
 Ou ainda...
 Esse menino tem problemas demais em casa...¹⁰

Diante de diversos relatos que vão além desses exemplos citados que pude perceber no período que estive presente no ambiente escolar, bem como levando em consideração

⁹ GRILLO, Marlene Corro; LIMA, Valdez Marina do Rosário. Especificações da avaliação que convém conhecer. In: GRILLO, Marlene Corro, GESSINGER, Rosana Maria. Por que falar ainda em avaliação? Porto alegre: EDIPUCRS, 2010. pp. 18-19

¹⁰ Trechos retirados de conversas informais com a supervisora da escola ou professoras regentes de sala, ao decorrer do tempo em que passei observando e entendendo a dinâmica de funcionamento da unidade escolar pesquisada. Nesse período tive a oportunidade de conhecer e conversar com diversos segmentos de profissionais que compõem a comunidade escolar, bem como mães, pais e estudantes que frequentam a escola. São experiências bastante enriquecedoras e que permitem que a pesquisa aborde temáticas que provavelmente não seriam consideradas se tratadas apenas no campo teórico.

autores que li e analisei, chegamos à conclusão que o ambiente externo influencia sim no aprendizado de estudantes que vivem ou não em situação de vulnerabilidade social, porém a escola jamais deve utilizar desse argumento para não melhorar ao ensino para essas crianças. Ou seja, os problemas externos existem, são um fato e com certeza influenciam no comportamento, na maneira de agir e no aproveitamento de estudantes, mas a escola justificar o bom ou o mau desenvolvimento dessa criança na escola com itens externos definitivamente não é a forma que acreditamos ser a mais adequada para construir avanços acerca das formas de avaliação do ensino/aprendizagem.

Se essas vulnerabilidades existem não é a escola que irá mudá-las em curto prazo, portanto elas devem ser consideradas como uma informação a mais sobre o estudante e utilizadas para contribuir com o seu desenvolvimento por inteiro, e não como uma desculpa para justificar o “fracasso” de estudantes. Conhecer os/as estudantes que estão compondo a sala de aula é papel do/da professor/a a fim de organizar conteúdos de forma que essas crianças tenham mais facilidades em aprender, serem alfabetizadas e formadas como cidadãos/cidadãos pertencentes a uma comunidade. Em momento nenhum cogitamos que é uma tarefa fácil, a carreira docente já é bastante árdua e vem enfrentando desafios em diversos aspectos.

Atualmente esses desafios tornam-se cada dia maiores para a carreira docente, haja vista que vivemos tempos de retrocessos e perda de direitos já adquiridos. Recentemente em ações inconstitucionais, deputados e senadores aplicaram um grave golpe a democracia ao iniciar um processo de *impeachment* contra a Presidenta da República Dilma Rousseff, afastando-a do cargo e dando poder ao ex-aliado e atual Presidente interino, Michel Temer. Desde que tomou o poder de forma ilegítima, Temer vem tirando direitos já adquiridos de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Na educação não foi diferente, além de ameaçar o direito ao Piso Nacional dos Professores já garantido pela Lei 11.738/2008 e modificando-a por meio da criação do programa “Travessia Social” que premiaria com um bônus discentes que „melhorassem” o desempenho das turmas em que lecionam e também que aprimorassem a sua formação ao decorrer do tempo. Essas medidas simbolizam um grande atraso na luta para uma educação de qualidade, haja vista que esse resultado apurado pelas formas de avaliação implantadas não é resultado exclusivo da atuação de discentes.

Houve um grande corte de verba que aniquilou diversos projetos em todas as áreas e níveis de ensino. O ingresso e permanência no Ensino Superior está ameaçado, sobretudo as políticas inclusivas, as ações afirmativas que tornaram a universidade brasileira nos últimos anos mais representativa da sociedade brasileira, com mais negros e pobres, através de

medidas anti-democráticas e que buscam privilegiar ainda mais as classes dominantes no Brasil. O atual governo interino pretende dificultar cada vez mais o acesso das camadas populares à educação, principal forma pela qual os mesmos possuem para mudar a si mesmos e a sociedade em que vivem.

Porém a questão que chegamos é que o passo necessário a dar quando tratamos de avaliação deve partir da escola para que em longo prazo surta efeitos positivos para mudar a sociedade em que vivemos. É importante falar sobre a avaliação pois trata-se da principal forma de analisar tanto o aprendizado de estudantes quanto o trabalho docente e pelo peso a avaliação tem na escola brasileira. Discutir avaliação pode ser um passo de suma importância para grandes mudanças no ambiente escolar. Tanto em questões de aproveitamento escolar quanto a permanência e bom desempenho escolar.

Utilizando a definição de Gama (1997), avaliação pode ser vista como um processo que contribui para o aprimoramento da aprendizagem e pode ocorrer de maneira a auxiliar estudantes ao decorrer de seu trajeto escolar. Avaliar não necessariamente significa selecionar ou classificar. Para Gama (1997), avaliar é um ato diagnóstico e não uma simples tarefa na qual apenas se julga ou se constata. Vai além da escolha de um instrumento avaliativo e exige reflexão, conhecimento, estudo e principalmente a vivência em sala de aula. Assim compartilhamos a ideia de que é primordial:

...buscar em teorias que se ocupam da aprendizagem e do desenvolvimento cognitivo elementos que ajudem a compreender o que significa apreender algo e, mais ainda, qual a especificidade da aprendizagem de conteúdos escolares, que funções psíquicas estão envolvidas nesse processo; ou seja, é necessário voltar-se para a relação do sujeito com o objeto de conhecimento, o que pode oferecer elementos para se pensar o que é a aprendizagem e, por decorrência, o “conteúdo” da avaliação, e não apenas a “forma” de avaliar.¹¹

A partir dessa reflexão podemos concluir que a avaliação não se resume ao que vêm sendo praticado atualmente na maioria esmagadora de instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas. Ela deve ser pensada como uma das mais importantes partes do ensino, devendo ser realizada de forma integrada e com instrumentos variados, inclusive diagnósticos cotidianos. É de extrema importância observar quem está sendo avaliado(a), conhecer suas particularidades e habilidades para que posteriormente possam ser pensadas e realizadas estratégias para a melhor realização do ensino e das avaliações, como parte desse processo, levando em consideração condições de trabalho e estudo da escola.

¹¹ VIEIRA, Vanize Aparecida Misael de Andrade; SFORNI, Marta Sueli de Faria. Avaliação da aprendizagem conceitual. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 45-58. Editora UFPR, 2010. p. 56.

Destarte podemos empoderar do sentido da avaliação quando se articulado com um PPP bem construído, com uma comunidade escolar ativa e participativa, bons projetos de ensino e integração escolar. É necessário que haja transparência durante o processo e que todas as pessoas envolvidas estejam dispostas a realizar mudanças necessárias e fazer com que estudantes, independentemente da idade, comecem a participar do processo. Villas-Boas (1998) ressalta que a partir da forma de avaliar é possível investir em melhoramentos na educação por meio de reformas que produzem mudanças nas pesquisas, currículos, noção de comunidade escolar, responsabilidade social dentre vários outros aspectos. Enfim, quando a prática é verdadeiramente avaliativa, elas podem contribuir também para a transformação do sistema educacional e consequentemente da sociedade.

Entretanto, para a autora supracitada, para que isso seja possível e a avaliação escolar possa ter esse papel transformador, dentro do sistema educacional, seus partícipes deverão perceber qual é de fato o papel da avaliação dentro do processo. Com isso será possível proporcionar análises e chegar a conclusões de cunho crítico e construtivo, permitindo uma melhor comunicação entre discente e docente no decorrer do processo avaliativo escolar que está inserido dentro de algo muito maior que é o processo de ensino/aprendizagem.

Na escola pesquisada podemos perceber que há a realização de projetos no contra turno de estudantes a fim de complementar o conteúdo trabalhando em sala de aula, porém esses projetos não possuem amplitude necessária para atender todas e todos estudantes. Portanto, torna-se necessária a revisão das formas como a avaliação, bem como toda a estrutura da escola ao invés de só aumentar o tempo de permanência de estudantes na escola. Devemos criar tempo de qualidade, e isso demanda vontade política e investimentos. Não apenas investimentos financeiros, mas também tomada de posição de docentes:

Uma prática de avaliação inovadora não se realiza por decreto como se vê em algumas instituições de ensino. Ela é uma conquista pessoal, uma travessia tensa, um trabalho que exige cuidados como: prudência, reflexão prévia, distanciamento e transparência. Esses cuidados reunidos tornam a avaliação formativa, o que possibilita o desenvolvimento da co-responsabilidade e a construção do caminho educativo, em uma perspectiva adulta e profissional.¹²

O caminho é árduo e depende do engajamento de todas as pessoas envolvidas em prol de uma mudança definitiva na forma como é tratada e também no papel da avaliação dentro do sistema de ensino e aprendizagem. A avaliação deve, definitivamente, deixar de ser

¹² BERNARDES, Poliana de Oliveira; SILVA, Deive Bernardes da; MIRANDA, Gilberto José; SANTOS, Welson Barbosa; OLIVEIRA, José Wilson de. Verificação: uma avaliação traumática.p.7.

apenas uma ferramenta utilizada no aprendizado para se tornar um meio para se chegar a aprendizagem. Partindo dessa mudança de concepção a avaliação tornar-se-á formativa e que possibilite de forma ampla o desenvolvimento de habilidades importantes para o desenvolvimento da criança como cidadã pertencente a uma comunidade que vivencia experiências coletivizadas e importantes para o melhoramento da sociedade em que vivem.

Vale ressaltar que o estudo e aprimoramento da temática avaliação possui muitas vertentes e perspectivas. Cabe a educadores/as estarem sempre atentos/as às novas perspectivas e pesquisas relacionadas que possam contribuir ainda mais para o aprimoramento do trabalho em sala de aula, pois só “...*muda quem adquire consciência e desejo de mudança*”.¹³ O estudo deve ser constante para que mais ferramentas possam ser utilizadas a favor da inclusão de estudantes no processo avaliativo. A avaliação é também do trabalho didático realizado pela (o) docente e não deve ser o final. A avaliação não pode ser desconexa, ela deve ser contínua e não acabar após a prova para que o conhecimento também seja interligado e não separados em áreas, ou bimestres, ou conteúdo. Por meio dessa ação, o conhecimento adquirido na escola será utilizado em diversas outras áreas da vida desses estudantes.

De acordo com Mendes, em meados dos anos 1990 há grande preocupação acerca do trabalho docente, colocando a escola e a sala de aula como objeto de interesse e de controle do Estado. Os olhares voltaram-se cada vez mais para as práticas advindas da sala de aula, o que vai refletir em incontáveis estudos acerca da temática, além de um impacto nas práticas pedagógicas. Esse novo olhar será incorporado aos documentos oficiais como os PCNs e a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação). O intuito é que por meio dessas reflexões professoras e professores tornem-se mais reflexivos com relação às práticas adotadas na sala de aula. Porém, ainda segundo Mendes há um grande desafio que acompanha essa mudança de paradigmas:

De modo geral, os problemas ligados à formação dos trabalhadores têm se constituído de diferentes exigências para os diversos lugares de formação do professor, como Universidades, Faculdades, Institutos e Centros Universitários; exacerbada ênfase na formação continuada, em detrimento da formação inicial; aumento gradativo de uma situação de alienação dos professores, que cada vez mais se limitam a ser “operadores” / executores do ensino; pouco ou quase nada de investimentos nos professores, por um lado,

¹³ MENDES, Olenir Maria. Avaliação formativa no ensino superior: reflexões e alternativas possíveis. In: VEIGA, I. P. A e NAVES, M. L. P. (orgs). Currículo e avaliação na educação superior. Araraquara – SP: Junqueira & Marin, 2005. p.13.

e, por outro, grandes investimentos em modernas tecnologias, na educação à distância, nas propostas de autoaprendizagem e avaliação.¹⁴

Para Mendes (2005), é de suma importância que os desafios encontrados na prática docente não sejam atribuídos apenas à formação de professores/as recebem ao longo de sua carreira acadêmica e profissional. E a formação profissional por si, é social e tem sido realizada de forma descontextualizada haja vista que desconsideram situações e questões advindas da prática social em sala de aula e suas consequências ao ensino, *“assim as diretrizes são fundamentadas em uma lógica de duas vertentes: uma ligada a concepção de pedagogia por competência e outra ligada a avaliação de resultados”*¹⁵. Há também questões de carga horária mínima para a formação de professores e diversos outros fatores que apresentam ajustes ainda mais descomprometidos com a pesquisa e investigação acadêmica sólida, onde só há tempo para se profissionalizar na prática pedagógica e não para refletir e estudá-la. Isso sem falar na grande oferta de cursos de formação, graduação e pós-graduação oferecidos na modalidade EAD (Ensino a Distância).

A partir desses pressupostos, a avaliação vai adquirindo um papel central como forma de verificação de aprendizagem inclusive na formação desses profissionais:

O conceito de avaliação que emergiu privilegiou a avaliação externa em todos os níveis de ensino, sob a lógica de competitividade entre as organizações ou entre professores, em que a qualidade era produto da própria competição e não uma construção coletiva, a partir de indicadores legitimados socialmente pelos atores.¹⁶

Desde as formas de ingresso ao ensino superior às propagandas de cursinhos para o ingresso a algum curso de graduação priorizam e valorizam a avaliação quantitativa. Não há como negar que é a forma de avaliação mais utilizada em todos os níveis de ensino. Acreditamos que por esse motivo torna-se uma tarefa complicada desconstruir na prática da sala de aula, haja vista que somos condicionados e habituados a ela em toda a nossa trajetória do ensino. Desde a educação básica é assim que somos avaliados e permanece assim até que

¹⁴ MENDES, Olenir Maria. Formação de Professores e avaliação educacional: o que aprendem os estudantes das licenciaturas durante a sua formação. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2006. (Tese de Doutorado). p.35.

¹⁵ MENDES, Olenir Maria. Formação de Professores e avaliação educacional: o que aprendem os estudantes das licenciaturas durante a sua formação. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2006. (Tese de Doutorado). p.36.

¹⁶ FREITAS, Luiz Carlos. A avaliação e as reformas dos anos 1990 novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. Educ/Soc.(online).abr. 2004, vol 25, nº 86. Disponível em World Wide Web: <<http://WWW.cedes.unicamp.br>. > p.149.

nos tornamos professores/as e, em geral, passamos a reproduzir a mesma prática, mesmo que inconscientemente. Ainda segundo Freitas, a avaliação da forma como é aplicada segue uma lógica de funcionamento que dá cada vez mais legitimidade à hierarquização do ensino nas escolas:

1. Manutenção propriamente dita das classes dominantes em profissões nobres;
2. Eliminação adiada, ou manutenção provisória das classes populares em profissões menos nobres;
3. Manutenção adiada, ou exclusão pura e simples das camadas populares do interior das escolas, ou seja, a evasão;
4. Eliminação propriamente dita (privação) no sentido de impedir o ingresso das camadas populares na escola.¹⁷

Para Freitas (2004) é essa hierarquização que a forma vigente de avaliação oculta ao ser realizada de acordo com os procedimentos convencionais já impregnado na mentalidade de estudantes desde seus anos iniciais na escola. A partir desses direcionamentos, torna-se um grande desafio construir outra prática avaliativa para as pessoas engajadas em mudar essa realidade e diferenciar os interesses da escola com os interesses da sociedade capitalista e moderna que vivenciamos hoje. É necessário superar as formas de educação tradicionais e já há tantos anos utilizados sem reflexões aprofundadas. Segundo Mendes, tal ação torna-se possível ao começarmos a recuperar o significado real da avaliação, revisar o seu sentido no processo de ensino e aprendizagem e repensar modelos de escola e ensino. Isso com certeza perpassa modelos de formação dos mesmos.

Passando por essa conceituação das formas de avaliação, ponderamos que a coleta de dados sobre a avaliação realizados na prática seria de grande importância para o estudo acerca dessas formas como a avaliação é vista e realizada na escola. Para que pudéssemos considerar a forma como a avaliação é realizada na escola foi necessário uma pesquisa e análise bibliográfica acerca da temática, bem como a teoria é essencial para mudar a forma como enxergamos o ambiente escolar. Após essa exposição acerca de teóricos, no capítulo 2 apresentaremos dados quantitativos acerca da realidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Itamar Franco e análises acerca dessa vivência possibilitada na escola.

¹⁷ FREITAS, Luiz Carlos. A avaliação e as reformas dos anos 1990 novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. Educ/Soc.(online).abr. 2004, vol 25, nº 86. Disponível em World Wide Web: <<http://WWW.cedes.unicamp.br>.> p.152.

CAPÍTULO II: O bairro, a escola e as experiências avaliativas realizadas.

BAIRRO SHOPPING PARK¹⁸

Falar sobre o bairro em que a escola está inserida é importante para que possamos conhecer quem frequenta esse espaço escolar, haja vista que as famílias de estudantes, bem como profissionais da escola são moradores do bairro. Essa análise nos ajuda a compreender melhor essa comunidade, bem como quem são essas pessoas que compõem o espaço escolar.

O bairro Shopping Park teve o início do loteamento no final da década de 1980 e o início da década de 1990, apesar de há alguns anos anteriores, um número significativo de famílias já ocuparem algumas áreas no bairro. No período em que se iniciavam as construções e loteamento no bairro, por ser uma área até então afastada do perímetro urbano e pertencente a uma área pouco valorizada do município, os terrenos eram significativamente baratos com relação a outras áreas da cidade.

Mesmo após alguns investimentos no bairro faltavam alguns aspectos relacionados à infraestrutura básica como saneamento, escolas, postos médicos por exemplo. Sequer o transporte público era existente no bairro recém construído. Escasseava infraestrutura básicas como redes de esgoto e de abastecimento de água, energia elétrica e asfalto. As pessoas que se mudaram primeiro para o bairro, precisavam que ir até o centro da cidade para ter acesso a alguns tipos de serviços, tais como correio, banco, ou fazer compras, o que, naquela época, era um grande desafio, já que não havia transporte público que contemplassem o novo bairro.

A partir dos anos 2000, transformações começaram a ocorrer no Bairro Shopping Park concomitantes ao desenvolvimento urbano e o crescimento da cidade de Uberlândia. Alguns empreendimentos se alojaram nesse setor da cidade, como universidades, condomínios horizontais fechados e um shopping Center. Em 2010, a Prefeitura Municipal de Uberlândia abalizou parte mais afastada do bairro Shopping Park como zoneamento especial de interesse social para a implantação do Programa de iniciativa Federal de Habitação “Minha Casa, Minha Vida” e fragmentos ainda existentes da vegetação típica da região, o Cerrado, que ainda existiam deram lugar a centenas de novos conjuntos habitacionais.

¹⁸ UBERLÂNDIA. Missão A Galera do Cerrado. Ministério da Educação. (Org.). **Você conhece a história do seu bairro?:** A história do Bairro Shopping Park. 2013. Elaborado Por um Projeto do Instituto de Geografia da UFU. Disponível em: <<http://galeracerrado.wix.com/site#!a-histria-do-bairro-shopping-park/ck83>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

Atualmente o projeto já foi finalizado e contempla diversas famílias pelo projeto. Em virtude da sua construção acelerada para cumprir prazos e ser mencionado como bem-feitorias nas campanhas eleitorais, moradores enfrentaram problemas de infraestrutura¹⁹ como curto circuitos, rachaduras e deslizamentos. Isso sem mencionar a falta de escolas e postos de saúde suficientes para atender a população. Atraso na entrega de escolas fez com que durante anos, a Prefeitura tivesse que disponibilizar transporte escolar para locomover esses estudantes para vários locais da cidade de Uberlândia.

APRESENTAÇÃO DA ESCOLA

A escola selecionada para a realização da pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Itamar Franco que é localizada na Rua Jurandir Macedo nº185, bairro Shopping Park. De acordo com o PPP produzido por essa Unidade Escolar, a mesma foi criada em 19 de julho de 2012 pela Lei Municipal nº 11.168, publicada no Diário Oficial do Município de Uberlândia-MG de 23 de julho de 2012. É uma instituição de cunho público, pertencente às responsabilidades do município com relação a Educação Básica de fornecer, de forma gratuita e de qualidade, o Ensino Fundamental, conforme disposição na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

A Escola foi construída para atender a demanda de crianças oriundas das mais de 900 famílias contempladas pelo projeto do Governo Federal, “Minha Casa, Minha Vida” com a entrega de casas populares nessa região. A escola abrange estudantes moradores dos bairros Shopping Park I, Shopping Park II, Residenciais Vila Nueva, Vila Real, Xingu, Tapajós, Parque dos Jacarandás, Vitória Brasil e Sucesso Brasil, que estejam cursando as séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e também crianças dessas faixas etárias que necessitem frequentar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e em média, atende 900 estudantes ao todo, sendo 450 no turno da manhã e 450 no turno da tarde, distribuídos em 16 turmas em cada turno.

A unidade escolar utiliza a LDB (Lei de Diretrizes de Base para a Educação) e os PCNs como base para a elaboração e formação do Currículo Base da escola que está incluído no Projeto Político Pedagógico da escola, documento que rege e determina o funcionamento

¹⁹ NATÁLIO, Fernando. **Moradores do bairro Shopping Park superam deslizamentos**. 2014. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/moradores-bairro-shopping-park-superam-deslizamentos/>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

da escola. Nessa documentação há orientações gerais acerca da elaboração desse currículo, inclusive separado por séries, nesse caso específico, fora utilizada a documentação específica das séries iniciais do Ensino Fundamental. Além do currículo básico trabalhado, ambas as modalidades de ensino (Fundamental e AEE), o aprendizado e experiência das crianças na escola é complementada por diversos projetos extracurriculares e atividades diversificadas ao decorrer de todo o ano letivo. Essas atividades previstas no currículo têm como objetivo melhorar o aproveitamento das crianças, contribuindo para a queda dos índices de evasão e também para cumprir a missão da escola de formar cidadãos/cidadãs críticos, solidários, inseridas (os) e que se preocupem com a comunidade ao seu redor. No PPP da escola, podemos encontrar os seguintes projetos:

Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP): Manhã/Tarde, atendendo individualmente ou em pequenos grupos, alunos com dificuldade de aprendizado e ainda não alfabetizados.

Capoeira na Escola: Aulas de capoeira no contra turno escolar. Como forma de socialização, disciplina e aprendizado. O projeto foi realizado no ano de 2014. **AEE:** Atendimento especial a alunos com necessidades especiais no contra turno e assessoramento pedagógico no turno em que a criança estuda.

Transitolândia: Projeto que envolveu toda a escola conscientizando os alunos sobre a importância de um trânsito mais seguro. O projeto aconteceu no ano de 2014.

Meio Ambiente e Vida: Desenvolvido como forma de conscientização a respeito da preservação do meio ambiente. Os alunos produziram diversos materiais a partir de produtos reciclados que eles mesmos trouxeram de casa. Projeto ocorreu em junho de 2014.

Programa Mais Educação: Manhã/Tarde, com realização de oficinas pedagógicas, artísticas e esportivas para cerca de 150 alunos.

Projeto Brasil – País de todas as cores: Manhã/Tarde, preparado e desenvolvido em sala de aula durante o ano letivo, com enfoque histórico na cultura, arte, costumes e tradições dos povos negros, índios e brancos do Brasil, culminando com uma grande festa no mês de novembro com apresentações dos trabalhos desenvolvidos pelas turmas.

Uberlândia, terra gentil: Projeto desenvolvido em comemoração ao aniversário da cidade de Uberlândia. Os alunos apresentaram músicas, poesias, teatros e aprenderam um pouco mais sobre a história de Uberlândia.²⁰

Além dos diversos projetos citados acima que foram retirados do PPP da escola, é interessante destacar mais algumas ações presentes no dia a dia da escola e que não viraram projetos institucionais. Por meio de relatos de profissionais, gestores e membros da comunidade escolar, percebe-se a grande mobilização dos profissionais da educação em prol

²⁰ BRASIL. Documento Base de 2011. **Projeto Político Pedagógico:** Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Itamar Franco. Uberlândia, MG. p.16.

de uma escola diferente dos moldes estabelecidos pela sociedade. É uma escola que valoriza e trabalha muito bem as diferenças presentes em sala de aula e na escola e que as utiliza para enriquecer o processo de ensino aprendizagem. Estudantes são estimulados a frequentar os espaços públicos e privados da cidade, por meio de visitas e passeios promovidos pela escola. A escola já levou as crianças ao Cinemark, ao Praia Clube, CAMARU, Quartel, Parque do Sabiá, Parque Siqueirolli, Rio Uberabinha, Teatro Municipal, Museu do Índio, Museu de Rochas e Minerais da UFU e até a viagens Peirópolis e Ubatuba. Tudo isso possui o objetivo de mostrar que elas podem ocupar esses lugares assim como qualquer outra pessoa, independente de classe social, credo, raça. Muitos estudantes nunca haviam visitado esses lugares e sequer a família dos mesmos frequentam ou conhecem a escola, nesse caso, está desenvolvendo o papel de modificar esse pensamento de por serem moradores/as da periferia não podem frequentar determinados lugares. Oportunidade de refletir sobre o direito à cidade, da população da periferia.

Avaliamos que ações afirmativas como essas são de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem da criança, bem como a concepção de como a mesma irá compreender seu espaço e papel na sociedade e as vezes pode significar muito mais do que o conteúdo pré-estabelecido no Currículo oficial da escola. Esse ato pode ter reflexos muito positivos ao decorrer de toda a vida, especialmente a escolar, mas não só ela propicia ao estudante a oportunidade de desenvolvimento da consciência de todos os seus direitos e deveres, além de saber afirmar-se perante a determinadas situações que por ventura aconteçam.

A ESCOLA E SEUS NÚMEROS: O QUE ELES PODEM NOS DIZER?

A coleta de dados quantitativos foi de suma importância para a pesquisa no sentido de fornecer um resultado numérico, acerca do resultado da política educacional implantada na escola. Podemos perceber que por meio dos números é possível estabelecer estimativas acerca da realidade da escola perante a política educacional adotada. Para analisar aspectos relacionados a avaliação, concluímos que dados como matrículas, abandono e transferência, reprovação e quantitativo de crianças atendidas por programas sociais, contribuiriam para responder os questionamentos propostos na pesquisa.

Até que todos os dados fossem coletados, foi impossível estabelecer alguma conclusão apenas com relatos de docentes e equipe administrativa. Mas a partir do momento em que fomos intercalando dados quantitativos e dados qualitativos, foi possível estabelecer

uma análise mais completa acerca da temática em análise. Acreditamos que a utilização desses dois métodos poderá caracterizar melhor a Unidade Escolar pesquisada, pois, ao mesmo tempo em que os números fornecem dados dos resultados com aspectos mais objetivos, os dados qualitativos também são essenciais e de suma importância para que fosse possível captar a presença e o esforço das pessoas envolvidas nesse processo educacional. Assim buscaremos articular e dialogar com essas diferentes fontes, relacionando os dados quantitativos e enriquecendo-os com as observações pessoais realizadas na escola, falas captadas decorrentes da presença na escola e respostas obtidas acerca de questionamentos que eventualmente foram surgindo ao longo de todo o processo de pesquisa.

Primeiramente, buscamos alguns números para compreender a realidade da escola nos anos de 2014 e 2015. Nesses dois anos, a escola matriculou 1874 crianças divididas no turno matutino (919 estudantes) e no vespertino (955 estudantes). Com relação ao quantitativo de turmas, os dois anos letivos foram compostos por 16 turmas no turno da manhã e 16 turmas no turno da tarde, conforme exposto na tabela 1. Ambos os anos letivos abordados foram colocadas lado a lado para facilitar a comparação entre eles:

TABELA 1: TURMAS E MATRÍCULAS NOS ANOS DE 2014 E 2015

ANO/ TURNO	2014				2015			
	MANHÃ		TARDE		MANHÃ		TARDE	
SÉRIE	MATRIC	TURMAS	MATRIC	TURMAS	MATRIC	TURMAS	MATRIC	TURMAS
1º	112	4	56	2	83	3	133	4
2º	108	4	112	4	105	4	84	2
3º	87	3	58	2	123	4	112	4
4º	62	2	121	4	85	3	61	2
5º	87	3	113	4	67	2	105	4
TOTAL	456	16	460	16	463	16	495	16
	Total de Matrículas: 916 Total de Turmas: 32				Total de Matrículas: 958 Total de Turmas: 32			

Fazendo uma comparação do quantitativo de turmas nos anos letivo pesquisado pode perceber que a Escola mantém a mesma quantidade de 2ºs anos em 2015 que havia de 1ºs anos no ano de 2014. Isso pode nos indicar que o índice de reprovação é baixo ao ponto de não alterar o quantitativo de turmas da escola. Essa relação de turmas deve ser controlada durante todo o ano letivo a fim de dar mais comodidade as famílias que possuem crianças estudado na Instituição, com relação a vagas para o próximo ano. Se esse controle não é realizado corretamente, de acordo com a escola, corre-se o risco de no ano seguinte a criança

não possuir a vaga garantida, fato esse que não pode acontecer em hipótese nenhuma, haja vista que feriria a Lei 8069/90 a qual dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 53 com atenção especial ao inciso V:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.²¹

Passando adiante na coleta de dados quantitativos, acreditamos ser interessante observar também os índices de crianças beneficiadas pelo programa do Governo Federal, o “Bolsa Família²²” em relação ao quantitativo de matrículas, a fim de estabelecer ainda mais aspectos que possam nos indicar quem são essas crianças que frequentam a escola pesquisada. O Bolsa Família é um importante programa do Governo Federal de transferência de renda direta cujo principal objetivo é beneficiar famílias brasileiras pobres ou extremamente pobres, que tenham uma renda *per capita* igual ou inferior a R\$77,00 mensais.

Segundo a Revista Carta Capital em uma matéria escrita por Marsílea Gombata, fonte utilizada como referência²³, o governo informou que no mês de abril de 2014 o “Bolsa Família” foi pago a 14.145.274 famílias, atingido cerca de 50 milhões de pessoas. Esse benefício pode ser conquistado por essas famílias que necessitam, de acordo com 4 agrupamentos: o Básico, o Variável, o Variável para Jovem e o para Superação da Extrema Pobreza. É por meio dessa divisão que o benefício é calculado e pago de acordo com a necessidade da família. Por exemplo, de acordo com a reportagem da Revista Carta Capital, as famílias são selecionadas para esses agrupamentos de acordo com os seguintes critérios:

²¹ BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 29 mar. 2016.

²² GOMBATA, Marsílea. **Entenda como funciona o Bolsa Família**. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-como-funciona-o-bolsa-familia-248.html>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

²³ GOMBATA, Marsílea. **Entenda como funciona o Bolsa Família**. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-como-funciona-o-bolsa-familia-248.html>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

O Básico, concedido às famílias em situação de extrema pobreza, é de 77 reais mensais, independentemente da composição familiar. Já o **Variável**, no valor de 35 reais, é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos, gestantes ou nutrizes, e pode chegar ao teto de cinco benefícios por família, ou seja 160 reais. As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico e o Variável, até o máximo de 230 reais por mês.

O benefício **Variável para Jovem**, de 42 reais, é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, matriculados na escola. A família pode acumular até dois benefícios, ou seja, 84 reais.

Já o para **Superação da Extrema Pobreza** é concedido às famílias em situação de pobreza extrema. Cada família pode ter direito a um benefício. O valor varia em razão do cálculo realizado a partir da renda per capita da família e do benefício já recebido no programa.

As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico, o Variável e o Variável para Jovem, até o máximo de 306 reais por mês, como também podem acumular um benefício para Superação da Extrema Pobreza.²⁴

A seleção das famílias que necessitam ser contempladas pelo Bolsa Família é realizada de acordo com as informações registradas pelos municípios no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, um instrumento de coleta de dados cujo principal foco é contabilizar e identificar as famílias de baixa renda. Vale ressaltar que ao serem contempladas, as famílias precisam dar algumas “devolutivas” ao governo, tais como: manter o cartão de vacina das crianças atualizadas, fazer acompanhamento médico, mulheres gestantes ou lactantes devem fazer o pré-natal, as crianças e adolescentes contemplados devem estar matriculados e frequentando escolas e espaços de atividades extracurriculares. Tudo isso fornecido pelo poder público. Caso esses requisitos não sejam respeitados, as famílias correm o risco de ter o benefício bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado. Um importante dado a ser também ressaltado é que de todas as pessoas titulares do benefício, 93% são mulheres que são responsáveis pelas famílias e desde o início do programa, em 2003, 1,7 milhão de famílias deixaram de participar do programa por informarem ao poder público já ter renda per capita mensal superior aos limites estabelecidos pelo programa.

Ao conhecer melhor o programa Bolsa Família, podemos ressaltar novamente que a escola localiza-se num bairro que foi construído quase que exclusivamente com casas populares conseguidas por meio de outro programa do Governo Federal, o “Minha Casa

²⁴ GOMBATA, Marsílea. **Entenda como funciona o Bolsa Família**. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-como-funciona-o-bolsa-familia-248.html>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

Minha Vida”²⁵ que possui critérios bem semelhantes aos que podem ser contemplados pelo „Bolsa Família“. A tabela abaixo nos permitirá visualizar melhor o quantitativo de crianças pertencentes a essa comunidade escolar que são beneficiárias do Programa Bolsa Família, para que possamos estabelecer comparativos acerca das famílias que compõem a comunidade escolar observada da Instituição pesquisada.

A necessidade de pesquisar um pouco mais sobre o bolsa família surge exatamente pelo fato de quase metade das crianças no ano de 2014 participarem desse Programa de iniciativa federal e no ano seguinte esse número ter caído significativamente, como podemos observar na tabela 2.

TABELA 2: ESTUDANTES CONTEMPLADOS PELO BOLSA FAMÍLIA

2014					2015			
SÉRIE	MANHÃ	TARDE	TOTAL		SÉRIE	MANHÃ	TARDE	TOTAL
1º	35	27	62		1º	19	35	54
2º	41	49	90		2º	38	14	52
3º	37	24	61		3º	33	34	67
4º	23	60	83		4º	27	18	45
5º	41	44	85		5º	22	39	61
TOTAL	177	204	381		TOTAL	139	140	279

No ano de 2014, podemos observar que cerca de 42% do quantitativo de estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Itamar Franco são contemplados pelo Programa Bolsa Família, sendo que a maior parte se concentra no turno da tarde, enquanto que no ano de 2015 esse percentual é de 30% bem divididos entre os turnos. Esses dados podem nos contar um pouco sobre a realidade das crianças que estudam na escola supracitada. De acordo com os critérios do programa, a família só é contemplada se tiver uma renda inferior a R\$77,00 per capta conforme já citado. Podemos então concluir que quase a metade da comunidade escolar atendida pela EMEF Presidente Itamar Franco possui uma renda igual ou inferior a esse valor.

²⁵ O programa “Minha casa, minha vida” é de iniciativa do Governo Federal e visa oferecer uma oportunidade de moradia própria a famílias de baixa renda. Há diversas vertentes do programa que contemplam diversos tipos de família, porém o caso em questão, que deu origem às casas populares construídas no bairro Shopping Park. As famílias contempladas no bairro supracitado possuíam renda variável de R\$0 até R\$1.600,00, não possuíam nenhum outro imóvel ou financiamento de imóvel no nome dos integrantes da família. O cálculo da prestação do imóvel é feito de forma que não comprometa mais de 5% da renda familiar.

PROGRAMA Minha Casa, minha vida, entenda como funciona. Essas informações foram coletadas na página eletrônica da Caixa Econômica Federal. Disponível em: <<http://www.caixaminhacasaminhavidacom/programa-minha-casa-minha-vida-entenda-como-funciona/>>. Acesso em: 29 mar. 2016

Em uma conversa informal com a supervisora do turno da tarde, a mesma me disse que mães e pais das crianças em sua grande e significativa maioria trabalham com jornadas de oito ou mais horas diárias, tendo apenas no turno da noite para o convívio com seus filhos e suas filhas, além de provavelmente, a maioria das mulheres terem ainda que se dedicarem ao trabalho doméstico. A mesma também nos relatou que não tem números, mas pode concluir que a maioria das famílias possui como principal ou única provedora da família, a mãe.

A partir disso podemos pensar as sobrecargas dessas mulheres e das (im)possibilidades que têm de acompanhar a vida escolar dessas crianças. Talvez seja esse um elemento importante para a escola considerar acerca da participação da família na vida escolar. Com isso não pretendemos tirar a responsabilidade da família, mas, ao mesmo tempo, não estabelecendo metas impossíveis de serem realizadas, e, ao mesmo tempo, tendo a preocupação de não sobrecarregar ainda mais as mulheres pobres. A mãe, mulher, trabalhadora e provedora de sua família, por essa sobrecarga de responsabilidades, sendo cobrada em todos esses locais, acaba encontrando dificuldades para acompanhar a vida escolar da criança. É dever da escola atentar-se a essas necessidades advindas da comunidade em que está inserida para que essas mulheres não se tornem ainda mais sobrecarregadas com uma responsabilidade que não pertence apenas a elas.

A supervisora disse também que a maioria possui dificuldades de comparecer a escola quando convocados (as) devido a essa jornada de trabalho, mas que apesar dessa dificuldade, são bastante cooperativos (as) quando tal fato acontece. Em sua maioria significativa, comparecem na data e horário estipulados pela escola. Quando não é possível comparecer, entram em contato com a administração pedagógica da escola por meio de telefone ou bilhete para poder agendar novamente a comparecer a convocação.

De acordo com a administração da escola, as famílias são convocadas ao final de todo o bimestre para comparecer às reuniões pedagógicas e falar do desenvolvimento e aproveitamento quantitativo das crianças. A presença obrigatória é feita para estudantes que apresentam algum problema de comportamento ou notas abaixo da média de 60% estipuladas pela escola. Segundo a escola, o comportamento e o mau aproveitamento são indícios de estar acontecendo alguma coisa fora do normal nos ambientes que a criança frequenta, seja na própria escola, em casa ou em demais locais que a criança possa estar frequentando. Falar com a família nesse caso pode contribuir para a resolução de possíveis problemas que possam estar acontecendo na vida da criança. A família também é convidada a comparecer na escola ao final da realização dos projetos que acontecem na escola, com o objetivo de que a família participe mais da vida escolar da criança e também ocasionalmente quando acontece alguma

ocorrência entre estudantes/estudantes ou estudantes/profissionais a fim de comunicar e tentar resolver o ocorrido.

Com relação a crianças que deixam de frequentar a escola, foi necessário coletar dois dados: Crianças transferidas e crianças que abandonaram os estudos (Tabela 3), pois, partindo do pressuposto que mesmo que a matrícula para essa faixa etária seja obrigatória, no sistema da prefeitura ainda não há um meio de saber se a criança já conseguiu vaga em outra unidade escolar quando a transferência é solicitada pela família. De acordo com a administração da escola o que a instituição faz é perguntar a quem solicita a transferência o motivo, que perpassam entre mudança para outros bairros ou cidades diferentes, porém não tem como garantir que a criança está de fato estudando. Já no caso do abandono, é considerado abandono somente em último caso, quando excedida todas as outras formas de reintegração da criança na escola ou quando a escola perde o contato com a família por meio dos telefones e endereço fornecidos no ato da matrícula. Podemos observar esses números na tabela 3 que fornecem esses dados de transferências e abandonos nos anos letivos de 2014 e 2015.

TABELA 3: TRASNFERÊNCIAS E ABANDONOS ESCOLARES

ANO/ TURNO	2014				2015			
	MANHÃ		TARDE		MANHÃ		TARDE	
SÉRIE	TRANSF	ABAND	TRANSF	ABAND	TRANSF	ABAND	TRANSF	ABAND
1 °	14	3	6	1	6	0	7	0
2°	9	0	3	1	17	0	5	1
3°	10	2	6	1	14	1	9	1
4°	6	0	13	1	19	0	8	0
5°	9	0	10	0	3	0	12	0
TOTAL	48	5	38	4	59	1	41	2
	Total de Matrículas: 916				Total de Matrículas: 958			
	Total de Transferências: 86				Total de Transferências: 100			
	Total de Abandonos: 9				Total de Abandonos: 3			

Os dados apresentados acima, assim como os índices de reprovação que serão abordados a seguir, são de suma importância pois também podem ser reflexo da forma de avaliação adotada pela escola, pois são o resultado daquilo que está sendo trabalhado na

escola em questões de ensino, aprendizagem e avaliação, sendo influenciados ou não por fatores externos.

QUANTITATIVO DE CRIANÇAS RETIDAS NA MESMA SÉRIE

Retomando algumas informações, de acordo com as informações coletadas por meio de documentos oficiais da escola, a reprovação só pode ocorrer a partir do 3º ano. Se estudantes a partir desse período não alcançarem o mínimo de 60% das notas distribuídas ao decorrer do ano letivo em todas as disciplinas, ou também se não alcançar o mínimo de 75% de frequência em todas as disciplinas. De acordo com essas informações, a tabela a seguir reflete a quantidade de estudantes que se encaixaram nessas características e foram retidos na mesma série durante os anos de 2014 e 2015:

TABELA 4: REPROVAÇÃO

Reprovação - Ano 2014					Reprovação - Ano 2014			
SÉRIE	MANHÃ	TARDE	TOTAL		SÉRIE	MANHÃ	TARDE	TOTAL
1º	0	0	0		1º	0	0	0
2º	0	0	0		2º	0	0	0
3º	6	6	12		3º	4	7	11
4º	6	6	12		4º	5	2	7
5º	4	4	8		5º	0	3	3
TOTAL	16	16	32		TOTAL	9	12	21

De acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico) elaborado pela instituição conforme o CNE (Conselho Nacional de Educação), Diretrizes e Bases da Educação, legislações municipais e federais, a avaliação é segmentada em dois grupos que seguem parâmetros diferentes. Para o 1º e 2º ano ficou instituído um programa que não possui interrupções e é voltado para ampliação das formas que a criança é avaliada, sem que a mesma fique retida em determinada série apenas pelo fato de não corresponder positivamente à avaliação adotada pela maioria das instituições de ensino.

Nessa linha de pensamento acerca de um novo modelo de avaliação, a Secretaria de Educação do Município de Uberlândia, por meio do Decreto Municipal nº 13358 de 12 de

abril de 2012, instituiu o BIA (Bloco Inicial de Alfabetização), que altera a forma como as séries iniciais do Ensino Fundamental eram organizadas. Divulgada no Diário Oficial do Município, essa alteração fica instituída como a nova forma de organizar o processo de ensino/aprendizagem nas unidades de Ensino Fundamental da cidade de Uberlândia. Com essa alteração objetivou-se que haja um avanço na forma com que o aprendizado e avaliação aconteçam de forma a valorizar cada criança e seu tempo.

A mudança pretende fazer com que o tempo de cada estudante seja respeitado e que seja possível acompanhar o ritmo de cada um/a no processo de alfabetização, levando também em consideração seus aspectos socioculturais. A escola dessa forma, possui uma maior flexibilização para organizar o currículo da unidade e possui liberdade para organizar, de acordo com a necessidade, o agrupamento de estudantes (1º, 2º e 3º ano), estratégias, avaliações e conteúdo de ensino.

O BIA abrange o 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental e foi implementado a partir do ano letivo de 2012, sendo que nos dois primeiros anos não é permitido reprovar exceto se a criança tiver menos de 75% de frequência no decorrer do ano letivo. Já no terceiro ano é permitido reter estudantes na mesma série desde que o mesmo não cumpra com as formas de avaliação estabelecidas pela escola. Ou seja, não alcance 60% da nota distribuída durante o ano letivo em todas as disciplinas ou não alcance 75% de frequência ao decorrer do ano letivo. O BIA utiliza como base diversas leis, normativas e resoluções. Dentre elas a Resolução nº 7 de 14 de dezembro de 2010 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, que em seu inciso III do artigo nº30 ressalta:

III – a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.

§ 1º Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

§ 2º Considerando as características de desenvolvimento dos alunos, cabe aos professores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, a

utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades.²⁶

Há uma grande defesa acerca da não interrupção dos estudos nas séries iniciais presentes nessa resolução. Essa mudança chegou na escola há alguns anos e pôde ser realizada na prática, fora do campo da teoria. Podemos observar isso na escola pesquisada, que aderiu ao Bloco Inicial de Alfabetização desde que o mesmo fora implantado. Nesse sentido, podemos observar que essa política já foi adotada pela escola pesquisada desde quando a escola foi inaugurada, haja vista que é uma mudança tão recente quanto a escola. No PPP podemos encontrar os seguintes dizeres:

A avaliação do aluno no 1º e 2º ano do BIA, a ser realizada pelos professores, será contínua, cumulativa e diagnóstica. Tem um caráter processual, formativo e participativo, mediante acompanhamento e o registro do seu desenvolvimento.²⁷

Baseada nesse documento a escola realiza a avaliação por meio de diagnósticos, registros e relatórios do trabalho realizado. Com essa documentação a professora ou professor regente de sala preenche um questionário que está presente no BIA que relaciona diversos itens acerca das habilidades que foram desenvolvidas, ou não pelo estudante, e por meio do preenchimento desse questionário, é que é dada a direção para os conceitos adotados para indicar o nível de alfabetização que a criança está.

Com essas alterações pudemos observar nas tabelas acima que não houve retenção de estudantes nas duas séries iniciais e estudantes eram avaliados apenas com os seguintes conceitos: PS (Pré-silábico), S (Silábico), SA (Silábico alfabético) e A (Alfabético). Esses conceitos são utilizados apenas para que a professora ou o professor do ano seguinte saiba qual o nível de alfabetização que os estudantes estão e assim possa dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem realizado no ano letivo anterior. Especificamente na escola pesquisada, a mesma utiliza uma Ficha de Avaliação Diagnóstica²⁸ disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia. Com isso podemos observar também que os anos iniciais do ensino fundamental estão voltados exclusivamente para a alfabetização, como se outras dimensões da formação não fossem também fundamentais. Portanto nas séries que é

²⁶ BRASIL. Resolução nº7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 16 jun 2016.

²⁷ BRASIL. Documento Base de 2011. **Projeto Político Pedagógico**: Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Itamar Franco. Uberlândia, MG. p. 23.

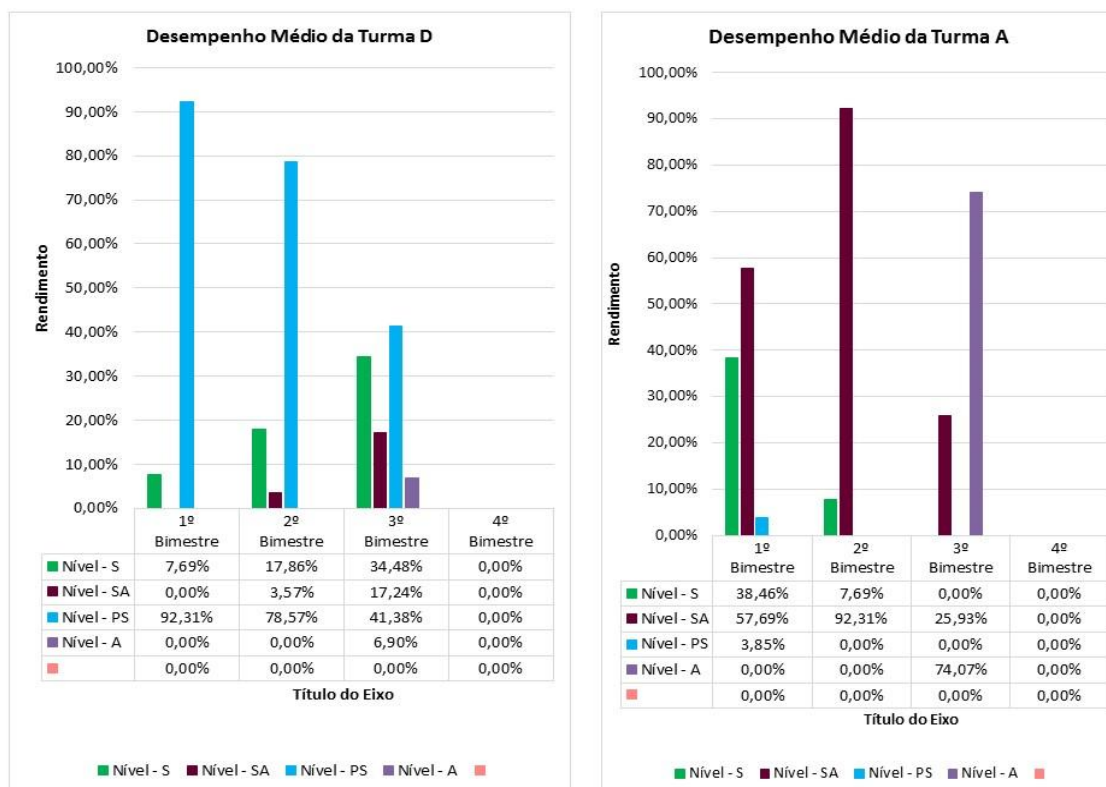
²⁸ Um modelo da **Ficha de Avaliação Diagnóstica** na íntegra poderá ser consultada no Anexo 1 desse trabalho.

adotado esse método de avaliação, não há reprovação, apenas o preenchimento do diário com os conceitos supracitados. Outro fator importante de ser ressaltado é que esses conceitos são atribuídos às crianças três vezes ao decorrer do ano letivo.

A Ficha de Avaliação Diagnóstica é realizada no 2º ano, pois pretende avaliar o desenvolvimento da criança no ano anterior, que foi o seu primeiro ano de alfabetização. Nesse diagnóstico são avaliados aspectos como a escrita, diferenciação de símbolos, oralidade, números e operações, dentre outros eixos ou aspectos com o objetivo de identificar o nível de alfabetização que o estudante está. Esse diagnóstico permite aos docentes conhecerem melhor os/as estudantes e prepararem um plano de aula mais condizente com o nível de alfabetização da classe. Com isso pretende-se que estudantes tenham um aproveitamento melhor do conteúdo abordado em sala. Muitas vezes ouvimos pessoas dizerem que hoje a escola não reprova mais, que a escola quer “empurrar” estudantes a passar de ano escolar sem que os mesmos tenham aprendido o conteúdo necessário para tal.

Particularmente, acredito que atualmente a escola tenha avançado significativamente ao avaliar estudantes, porém

GRÁFICO 1: COMPARAÇÃO DE DESEMPENHO ENTRE DUAS TURMAS



Uma apresentação feita pela gestão da escola a qual faz uma análise dos resultados educacionais podemos chegar a algumas conclusões. Desde que o BIA foi inserido como forma de avaliação é recomendado que seja feito um relatório para que seja possível saber como está o aprendizado da criança. Na EMEF Presidente Itamar Franco, em reunião administrativa, foi decidido coletivamente a realização de uma experiência acerca da divisão de estudantes nas turmas. Decidiu-se agrupar crianças com o mesmo nível de desenvolvimento para facilitar o processo de ensino aprendizagem. Os resultados coletados pela escola, permitem-nos algumas reflexões, como por exemplo como o gráfico a seguir, que faz o comparativo de duas turmas do segundo ano de 2014 que possuem um nível de desenvolvimento diferente.

A seguir, poderemos observar que no gráfico à esquerda, temos a turma 2ºano D e no gráfico à direita temos a turma 2ºano A. É importante ressaltar que nesse ano letivo, como uma experiência realizada pela Unidade Escolar afim de aprimorar o aprendizado das crianças, as turmas foram montadas tendo como referência a Ficha de Avaliação Diagnóstica, portanto na turma D podemos observar que a maioria significativa dos estudantes não estão alfabetizados no primeiro bimestre (PS- Pré Silábico) e que até o terceiro bimestre quando a análise foi realizada o índice de crianças que não estavam alfabetizadas havia caído em mais da metade, porém ainda havia cerca de 40% que permaneciam no mesmo nível. Já na turma “A” o índice de crianças que não eram alfabetizadas era menos de 5% e no terceiro bimestre mais de 70% das crianças já estavam alfabetizadas.

Devemos ressaltar que foi uma experiência realizada pela escola com o princípio de que se agrupassem crianças que estivessem no mesmo nível de alfabetização, de acordo com que foi decidido coletivamente em reunião com equipe administrativa, pedagógica e discentes, concluiu-se que seria melhor para elaborar aulas e auxiliar os/as estudantes com o mesmo nível de desenvolvimento.

Um aspecto interessante a ser ressaltado é que as professoras dessas turmas foram entrevistadas para saber o perfil da classe e, de acordo com relatos das crianças ou experiências vivenciadas na sala de aula, como faltas excessivas, indisciplina, presença ou não de responsáveis em reuniões, dentre outras características, as professoras da turma responderam o seguinte questionário²⁹:

²⁹ Decidimos colocar o questionário incorporado ao texto e sem que houvessem mudanças em sua estrutura para que possamos refletir qual a concepção que a escola pesquisada possui sobre as crianças e sobre avaliação. Fazendo essas perguntas às professoras a equipe gestora chegou à conclusão que sempre retomamos a ela: o problema é externo. Apesar de o questionário partir de pressupostos previamente definidos, acredito ser uma documentação válida para que possamos analisar a postura das Unidades de Ensino perante à problemas

- Algum aluno apresenta transtorno disciplinar?
- O índice de faltas em sua turma pode ser considerado preocupante?
- Os alunos são filhos de pais separados?
- Os pais estão trabalhando?
- Qual é o grau de escolaridade dos pais?
- Em sua sala existem alunos que passam necessidade? (Alimentação, vestuário)
- Em sua sala existem alunos que presenciam no seu dia a dia situações de violência familiar? (drogas, violência, prostituição).³⁰

Diante desses questionamentos, o conselho de classe da escola chega à conclusão de que a turma que possui menor rendimento escolar e resultados educacionais insatisfatórios são exatamente aqueles estudantes que estão em risco social, ou seja, filhos de pais e mães separados, famílias com casos de prostituição, violência doméstica ou uso/venda de drogas. No caso do Ensino Fundamental, torna-se mais provável o/a docente conhecer melhor os/as estudantes, levando em consideração que o/a Regente 1 fica a maioria do tempo com as mesmas crianças e no decorrer de todo o ano letivo. Como consequência o/a docente fica sabendo mais sobre os/as estudantes. Por esse motivo e essas condições, a administração da escola teve a possibilidade de fazer essa análise apresentada no conselho de classe.

Enquanto na turma A as crianças já iniciaram o ano letivo já a caminho de serem alfabetizadas, na turma D pode-se observar que a maioria significativa estava no nível pré silábico, ou seja, não reconheciam sequer letras e números, mesmo que fossem do nome próprio. No decorrer do ano letivo o processo se repete. Mesmo tendo acesso ao mesmo conteúdo previsto no Currículo a ser trabalhado no decorrer do ano letivo, as turmas comparadas acima, não possuem as mesmas aulas³¹ devido ao processo de „enturmação“ que aconteceu no ano anterior à coleta desses dados. Foi realizada uma prova ao final do 1º ano para que fossem organizadas as turmas no ano seguinte de acordo com o nível de alfabetização das crianças. Tal ação foi aceita partindo do pressuposto que seria mais confortável para esses estudantes se tivessem colegas no mesmo nível de desenvolvimento e assim o progresso seria maior.

externos. O questionário foi elaborado pela direção da escola e aplicado às professoras Regentes das turmas em que o gráfico foi realizado.

³⁰ BRASIL. Documento Base de 2011. **Projeto Político Pedagógico**: Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Itamar Franco. Uberlândia, MG. p. 64.

³¹ É interessante ressaltar também como essas aulas eram ministradas pelas professoras regentes. De acordo com relatos colhidos em conversas informais, as professoras das turmas vistas como mais atrasadas em relação às outras, não se sentiam motivadas em dar aulas devido a não conseguirem perceber resultados significativos de aprendizado nas crianças.

Acontece que passado 3 bimestres do ano letivo podemos observar no gráfico que a turma A se desenvolve melhor enquanto a D chega ao final do ano letivo com um desenvolvimento menor tendo como referência o nível que começou. As professoras regentes relataram também que o índice de faltas da turma D era significativamente maior que da outra turma analisada. Essa caracterização do perfil das famílias dos estudantes podia ser observada por relatos das próprias crianças sobre as situações vivenciadas em casa, bem como o excesso de faltas ou a ausência das famílias em reuniões ou projetos desenvolvidos pela escola. Em conversas informais com as professoras regentes das turmas que forneceram os dados para os gráficos, percebi que a professora da turma com menos crianças alfabetizadas sentia-se mais desmotivada em elaborar atividades para a turma e ressaltava que não se podia perceber avanço no aprendizado de estudantes dessa turma.

Com essa experiência podemos concluir que independente das circunstâncias vivenciadas pelas crianças fora da escola, para que o processo avaliativo deixe de ser excludente é necessário que alguma alteração seja realizada dentro da escola e sem que essas ações sejam pautadas por influências ou justificativas externas. A escola deve agir de forma que apesar de determinado estudante passar por algum tipo de situação de vulnerabilidade social fora da escola, dentro da escola a postura deve ser realizada de forma que o mesmo não seja tratado como outras crianças que não vivenciam essas experiências, porém sem excluí-lo do processo de ensino e aprendizagem.

É interessante lembrar que o BIA é adotado apenas no 1º e 2º ano. A partir do 3º ano o processo de avaliação volta a ser o modelo tradicional de avaliação. No processo avaliativo do 3º ao 5º ano, a escola utiliza a forma de avaliação quantitativa de distribuição de notas. Ao decorrer de todo o ano letivo, são distribuídos 100 pontos divididos em 4 bimestres na seguinte proporção:

- 1º Bimestre: 20 pontos;
- 2º Bimestre: 20 pontos;
- 3º Bimestre: 30 pontos;
- 4º Bimestre: 30 pontos.

Em relação à distribuição de pontos em cada bimestre, a escola adota a regra de 60% da nota ser distribuída em forma de registros do processo de aprendizagem e 40% da nota é distribuída no produto³² do processo de ensino/aprendizagem. O diário dessas séries é

³² Entende-se produto como o resultado do que foi trabalhado em sala de aula. Basicamente são provas para medir quantitativamente o conteúdo abordado. É também uma forma de acostumar estudantes à forma de

preenchido com as notas obtidas por cada estudante ao final dos bimestres e posteriormente do ano letivo o/a estudante é considerado aprovado quando: *A) Frequência igual ou superior a 75%. B) Aproveitamento mínimo de 60% em cada componente curricular.*³³ Caso a/o estudante não alcance os critérios específicos para a promoção, o PPP prevê alguns processos de reclassificação, tais como trabalhos realizados em todos os componentes curriculares e uma avaliação quantitativa final, realizada no formato convencional de prova objetiva, cujo conteúdo do ano letivo todo será abordado.

Outro dado importante o qual acreditamos ser interessante ressaltar é um instrumental que a escola disponibilizou. É um „Fluxograma de Turmas e Alunos – Para 2015 – Diurno”³⁴ que consiste num documento elaborado pela Coordenadoria de Inspeção Escolar que é um setor da Secretaria Municipal de Uberlândia. Esse documento é enviado a todas as escolas municipais de Uberlândia para que as mesmas possam preencher, enviar de volta para Inspeção Escolar e a mesma assinar e retorná-lo para a escola. É um documento de suma importância na escola, e todas o possuem com as devidas assinaturas. Nesse documento podemos encontrar dados como quantitativo de turmas, estudantes e reprovações de todos os turnos no ano de 2014, bem como previsão de turmas, estudantes e novatos de todos os turnos para o ano de 2015.

Porém vale ressaltar que o documento já possui uma quantidade de estudantes reprovados(as) no ano letivo de 2014, mas foi elaborado e assinado no dia 21 de julho de 2014, ou seja, antes do final do terceiro bimestre na escola. Podemos observar no documento que 32 estudantes já estavam destinados a serem retidos na mesma série mesmo antes do ano letivo terminar e sequer passar pelo processo avaliativo de recuperação, pois como já ressaltamos antes, o PPP da escola oferece diversas alternativas caso ao final do ano letivo não seja alcançado um mínimo de 60% de aproveitamento. Há uma observação no documento que ressalta que qualquer alteração no documento só poderá ser realizada mediante autorização da Inspeção Escolar. Entendemos a importância de planejar o ano letivo seguinte para que todas as crianças tenham suas vagas garantidas, contudo é interessante refletir sobre os motivos que levam a Secretaria de Educação em requerer esse número de reprovações

avaliação mais utilizada nas séries seguintes do ensino fundamental, Ensino Médio, ingresso e ao decorrer do Ensino Superior.

³³ BRASIL. Documento Base de 2011. **Projeto Político Pedagógico:** Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Itamar Franco. Uberlândia, MG. p. 45.

³⁴ Verificar Anexo 2.

antes do fim do ano letivo e saber também por que essas 32 crianças foram escolhidas para reprovar.

Ao longo da experiência vivenciada nas conversas informais, convívio no espaço escolar durante a pesquisa e leitura de documentos e instrumentais da escola, nota-se grande esforço de transformar o espaço escolar em um ambiente cada vez mais acolhedor e que observe as necessidades dos estudantes. Em relação ao aprendizado, nota-se uma grande movimentação para realizar diversas atividades externas ao espaço escolar, bem como que levem em consideração as experiências familiares e de vivência cultural das/dos estudantes. Isso contribui para que a qualidade do ensino melhor significativamente. Em relação ao índice de reprovação dos anos pesquisados por exemplo, nota-se uma melhora e com relação a permanência na escola também. Em meio a tanta burocracia, nota-se avanços na escola que são ocasionadas pelas pessoas que participam desse processo.

CONCLUSÃO: ALTERNATIVAS PARA AVALIAR SEM EXCLUIR

Consideramos fundamental que a educação, nos dias atuais possa formar pessoas críticas e participativas, e não apenas preparadas para o mercado de trabalho, sem qualquer discriminação de gênero, condição social, orientação sexual, religiosidade, cultural ou física. Na obra de István Mészáros³⁵, resultante de sua apresentação no Fórum Mundial de Educação, realizado em Porto Alegre no ano de 2004, o autor afirma que a educação deveria qualificar para a vida, e não apenas para o mercado:

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes (...) Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema.”³⁶

Ao que pudemos concluir acerca das formas como a avaliação é realizada, mesmo já tendo avançado significativamente com relação a teorias e metodologias, ainda reproduz aquilo que a sociedade exige de seus membros: qualificações para ser um (a) bom (a) trabalhador (a) por meio da supervalorização da reprodução dos conteúdos, sob uma perspectiva quantitativa. Essas características perpassam todas os estágios de ensino, da educação básica ao ensino superior.

Com relação a fatores externos, como participação da família na escola por exemplo, foi observado que as mães são responsabilizadas pela sociedade como as principais condutoras da educação dos filhos e, quando a família é convocada para comparecer a escola, em sua maioria esmagadora, são as mães que comparecem. Tudo isso porque a mulher tem um lugar já pré-definido na sociedade e no lar. Borges em seu ensaio³⁷, que também trata do assunto do uso da ciência pelas mulheres, aspecto esse que tem total relação com a

³⁵ MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2ª São Paulo: Boitempo, 2008. 126 p.26.

³⁶ MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2ª São Paulo: Boitempo, 2008.p.15.

³⁷ BORGES, Maria de Lourdes. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 13, p.667-676, 2005.

apropriação da inteligência também como qualidade feminina fala um pouco sobre esse estabelecimento de papéis que vigora até os dias atuais.

A escola nesse sentido deve atentar-se para não acabar tornando-se um instrumento para controle de comportamentos da população. Por esse motivo é importante a democratização do espaço escolar, bem como a formação de pensamento crítico para que essa naturalização de papéis deixe de existir. Quando utilizamos o pensamento de Kegoart (1987), com relação ao papel da mulher, a autora ressalta que enquanto essa concepção de papéis naturalizados ainda existir, o espaço do trabalho assalariado pertencerá ao homem e a mulher será inserida positivamente nesse espaço ao qual ela não pertence, sendo ressaltada como uma característica excepcional da mulher.³⁸

Para exemplificar, Borges (2005) utiliza a sociedade grega, onde a submissão da mulher era considerada normal e Medéia era uma mulher que possuía vasto conhecimento da ciência e que por causa do temor da mesma utilizar seus conhecimentos para o mal é exilada de seu território. Por meio dessa parábola, podemos perceber certo aspecto tendencioso com relação aos atributos masculinos e femininos:

As mulheres usam a ciência para o mal, por isso dela devem ser desprovidas. A deserotização da inteligência feminina talvez não tenha razões biológicas, mas culturais. A mulher é o outro. Como não seria perigoso tamanho poder em mãos dessa alteridade obscura?³⁹

A sociedade está mudando. Isso é fato. Mas como essas mudanças são conduzidas? Quais são seus objetivos? Alguns autores/as defendem que estas são apenas mudanças formais e que não exercem tanto poder de mudança real na sociedade e consequentemente no sistema educacional, pois são mudanças que não modificam as estruturas e as bases das instituições, fazendo com que a essência permaneça estagnada. A instituição pública que educa crianças e adolescentes é uma das responsáveis para manter essas concepções praticamente estagnadas. Ao mesmo tempo em que pensamos que estamos caminhando rumo à igualdade entre gêneros, presenciamos situações como a cultura do estupro cada vez mais evidente, desvalorização da mulher no mercado de trabalho, idealização da mulher “bela,

³⁸ KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSY, Andrée et. al. O sexo e o trabalho. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro. Paz e Terra, vol. 1, 1986. p.90.

³⁹ BORGES, Maria de Lourdes. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 13, setembro-dezembro/2005.p.674

recatada e do lar”, e o feminicídio cada dia mais evidente. Isso nos mostra que ainda há uma longa e árdua caminhada pela frente. Apesar de perceber-se notável iniciativa de mudança, o sistema tradicional ainda é muito maior e está presente em ações que sequer paramos para refletir acerca de seus reflexos.

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados.⁴⁰

O consenso é produzido de forma muito sutil na escola, por fatores que fogem ao controle dos educadores presentes no espaço escolar, e surge quando há regras impostas que sequer são discutidas com todos os partícipes do processo educacional, onde o modelo ideal de estudante é aquele que fica quieto, calado, sentado e que não fique sujo. Tudo isso acontece porque na escola existem profissionais mal pagos e cansados por ter que trabalhar em dois ou três turnos e em casa mãe, tia, avó, cuidadora – em geral mulheres – mas também pai, tio, avô, com essa mesma realidade.

Mudanças na estrutura educacional são necessárias e isso é fato. Essas mudanças podem perpassar por diversos projetos de incentivo a aprendizagem, e muito mais importante ainda é necessário que a escola permanentemente esteja disposta a aprimorar as formas de se organizar, a forma de ensinar sem perder de vista que essas mudanças sempre devem acontecer levando em consideração melhorias para o aprendizado dos estudantes e também a conscientização da importância da escola na vida desses estudantes. Para garantir que isso de fato aconteça, o governo precisa atentar-se a esses aspectos por meio da garantia das condições de ensino e aprendizagem e por meio de acompanhamento do ensino ali desenvolvido, avaliando.

É interessante também que haja um poder público engajado na melhoria da educação como um todo e que garanta a aprovação de leis pois essas são importantes para o desenvolvimento, mas a mudança deve partir da base para de fato fazer a diferença. De maneira nenhuma pretendemos questionar a importância do incentivo a educação no sentido de trazer melhorias cada vez mais significativas para mudar a realidade da educação brasileira, mas a mudança de pensamento, discurso e comportamentos, agem diretamente na essência.

⁴⁰ MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2ª São Paulo: Boitempo, 2008. p.45.

Atualmente há uma grande discussão acerca de tais posicionamentos, e também notamos diversas mudanças, que por sua vez, ao serem colocadas em prática vão apresentando também seus erros. Começa-se então a discutir a importância de exercer a crítica em sala de aula, mas ao decorrer do tempo, percebemos novamente que o sistema permanece o mesmo. Outra característica observada são os motivos que levam ao aproveitamento ruim ou até mesmo à evasão. O fato é que estamos percorrendo uma caminhada longa e árdua em busca de melhorias significativas na estrutura em geral. Temos que partir do pressuposto que o saber também é inacabado e é resultado da forma como ele é conduzido. Por esse motivo devemos investir no ambiente escolar, acreditando que é um espaço muito importante na mudança de mentalidades, na forma de olhar:

Significa isso admitir que, se no processo de produção do saber, os interesses entraram como discriminadores das pessoas, o resultado será uma discriminação também na ordem do poder e do fazer delas, na ordem da sua subjetividade como um todo. Em outros termos, não basta, teoricamente, falarmos de um olhar liberto que fuja à miopia da dominação, se no próprio ato do ensino, o fazer mantém o sistema do poder antigo, pela imposição da maneira de olhar.⁴¹

O que encontramos é a educação escolar utilizada como massa de manobra. Uma educação que prepara para o mercado de trabalho e não prepara para a vida em sociedade, muito menos para fornecer oportunidades de mudanças a esse sistema excludente com atitudes até mesmo culturais que menosprezam pessoas menos favorecidas. Apesar da crítica atualmente estar muito mais presente no âmbito escolar, muitas vezes, é deixada de lado para dar conta da infinidade de conteúdos exigidos no currículo. Por esse motivo é urgente construir um novo modelo de escola.

É urgente construir uma outra escola. Uma escola com novas concepções, novos ideais e principalmente formada por pessoas que amem estar lá, tenham seu trabalho reconhecido e sempre vontade de fazer melhor. É necessário que essas mudanças aconteçam na escola para que possam ser refletidas na sociedade. É urgente que essa nova escola torne-se cada vez mais comum na nossa realidade.

“(...) uma escola, onde a ideia não amarre, mas liberte;
A palavra não apodreça, mas aconteça;
A imaginação não desmaie, mas exploda;

⁴¹ LARA, Tiago Adão. **A escola que não tive... O professor que não fui...** São Paulo: Cortez, 2003.p.86.

O pensamento não se repita, mas se invente
Um saber novo que é também do povo
Escola, oficina da vida.⁴²

⁴² LARA, Tiago Adão. **A escola que não tive... O professor que não fui...** São Paulo: Cortez, 2003.p.91

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmund. **Identidade: entrevista à Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro, J. Zahar. Editor, 2005.
- BERNARDES, Poliana de Oliveira; SILVA, Deive Bernardes da; MIRANDA, Gilberto José; SANTOS, Welson Barbosa; OLIVEIRA, José Wilson de. **Verificação: uma avaliação traumática**.
- BERTAGNA, R. H. **Progressão continuada: limites e possibilidades**. 2003. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, 2003.
- BORGES, Maria de Lourdes. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 13, p.667-676, 2005.
- BRASIL. Documento Base de 2011. **Projeto Político Pedagógico**: Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Itamar Franco. Uberlândia, MG.
- BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 29 mar. 2016.
- CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Ressignificando a avaliação escolar**. In Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000. (Cadernos de Avaliação 3).
- CARVALHO, Marília Pinto de. **Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas**. Revista Estudos Feministas, vol. 9 n. 2. 2001. P 554-574. (Dossiê Gênero e Educação).
- CARVALHO, Marília Pinto de. **O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça**. Projeto de Pesquisa. Apoio Edital Universal CNPq 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 1ª Ed. 46ª Reimpressão São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 16ª Ed. 1ª Reimpressão São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 1ª Ed. 49ª Reimpressão São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação**. Educação e Sociedade. vol.25, n.86, pp. 133-170, abril 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.
- FREITAS, Luíz Carlos de. **Eliminação adiada: novas formas de exclusão introduzidas pelas reformas**. Pró-posições, São Paulo, v. 16, n.3 (48) p. 111 – 144 set/dez. 2005.

GAMA, Z. J. **Avaliação na escola de 2o grau**. Campinas, SP, 1997.

GOMBATA, Marsílea. **Entenda como funciona o Bolsa Família**. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-como-funciona-o-bolsa-familia-248.html>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

GRILLO, Marlene Corroero; LIMA, Valderéz Marina do Rosário. Especificações da avaliação que convém conhecer. In: GRILLO, Marlene Corroero, GESSINGER, Rosana Maria. **Por que fala ainda em avaliação?** Porto alegre: EDIPUCRS, 2010.

KERGOAT, Danièle. **Em defesa de uma sociologia das relações sociais: Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação**. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LARA, Tiago Adão. **A escola que não tive... O professor que não fui...** São Paulo: Cortez, 2003.

LOURO, Guacira Lopes Louro. **Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente e o “excêntrico**. IN: _____ et.al.(org.). *Corpo, gênero e sexualidade – um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2007, pp. 41 – 52.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola?** IN: *Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições*. São Paulo. Cortez, 2009.

MENDES, Olenir Maria. **Avaliação formativa no ensino superior: reflexões e alternativas possíveis**. In: VEIGA, I. P. A e NAVES, M. L. P. (orgs). *Currículo e avaliação na educação superior*. Araraquara – SP: Junqueira & Marin, 2005.

MENDES, Olenir Maria. **Formação de Professores e avaliação educacional: o que aprendem os estudantes das licenciaturas durante a sua formação**. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2006. (Tese de Doutorado).

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2ªEd. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna; Campinas: UNICAMP, 1999.

NATÁLIO, Fernando. **Moradores do bairro Shopping Park superam deslizamentos**. 2014. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/moradores-bairro-shopping-park-superam-deslizamentos/>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PROGRAMA Minha Casa, minha vida, entenda como funciona. Essas informações foram coletadas na página eletrônica da Caixa Econômica Federal. Disponível em: <<http://www.caixaminhacasaminhavidacom/programa-minha-casa-minha-vida-entenda-como-funciona/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth; Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan W. **Panorama da representação política por gênero no Brasil: espaços dos poderes executivo, legislativo e judiciário**. Depoiment. [1998]. *Estudos feministas*. vol. 06, n.1. Entrevista concedida a Miriam Grossi . 1998, p.115-124.

SILVA, Mavi Consuelo. **A influência das questões de gênero nos processos avaliativos escolares**. Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia. 2013. (Dissertação de Mestrado).

UBERLÂNDIA. Missão A Galera do Cerrado. Ministério da Educação. (Org.). **Você conhece a história do seu bairro?: A história do Bairro Shopping Park**. 2013. Elaborado Por um Projeto do Instituto de Geografia da UFU. Disponível em: <<http://galeracerrado.wix.com/site#!a-histria-do-bairro-shopping-park/ck83>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

VIEIRA, Vanize Aparecida Misael de Andrade; SFORNI, Marta Sueli de Faria. **Avaliação da aprendizagem conceitual**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 45-58. Editora UFPR, 2010.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Avaliação formativa: em busca do desenvolvimento do aluno, do professor e da escola**. In: As dimensões do projeto político-pedagógico: Novos desafios para a escola / lima Passos Alencastro Veiga, Marília Fonseca (orgs.). - Campinas, SP : Papirus, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1: Ficha de Avaliação Diagnóstica

FICHA DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA – 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Escola Municipal Prudente Gomes Franco
 Professor Regente Neide Nilda Oliveira
 Ano letivo: 2015 Turma: 2º E Turno: Sarde
 Aluno (a): Rayane Rosa de Paula

1- Nível de Construção da Escrita

Legenda para preenchimento do nível de construção da escrita

Pré-silábico (PS)
 Silábico (S)
 Silábico alfabético (SA)
 Alfabético (A)

2º Ano		
Diagnóstico Inicial	Diagnóstico do 2º bimestre	Diagnóstico do 3º bimestre
SA	A	A

2- Nível de Leitura

Legenda para preenchimento do nível de leitura.

Não lê (NL);
 Lê silabando (LS);
 Lê lentamente (LL);
 Lê de acordo com o ano escolar (LE)

2º ano		
Diagnóstico Inicial	Diagnóstico do 2º bimestre	Diagnóstico do 3º bimestre
LS	LL	LL

3- Ficha de Avaliação das capacidades

Legenda para preenchimento da Ficha.

Nível 1 – Capacidade sem domínio;
 Nível 2 – Capacidade em desenvolvimento;
 Nível 3 – Capacidade já consolidada.

Língua Portuguesa	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.
CAPACIDADES DO EIXO: AQUISIÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA				
1 - Diferencia letras de números e outros símbolos (acentos, sinais de pontuação, desenhos).	2	3	3	3
2-a) Domina convenções gráficas: orientação e alinhamento da escrita.	2	3	3	3
2-b) Domina convenções gráficas: segmentação dos espaços em branco	2	3	3	3
3- Conhece o alfabeto	3	3	3	3
4 - Conhece e utiliza diferentes tipos de letras (impressa e cursiva)	2	3	3	3
5 - Reconhece palavras e unidades fonológicas ou segmentos sonoros como rimas, sílabas (em diversas posições) e aliterações (repetições de um fonema numa frase ou palavra)	2	3	3	3
CAPACIDADES DO EIXO: LEITURA				
6- Lê e compreende palavras compostas por sílabas canônicas (consoante +vogal)	2	3	3	3
7- Lê e compreende palavras compostas por sílabas não canônicas (CCV,CVC,CVV)	2	2	3	3
8 - Lê e compreende frases com estruturas simples.	2	3	3	3

9 - Lê pequenos textos e identifica o assunto principal.	2	3	3	3
10 - Identifica gêneros textuais diversos (vistas, bilhetes, convites, recortes, dentre outros).	2	3	3	3
11 - Reconhece a finalidade de gêneros textuais diversos.	2	3	3	3
12 - Formula hipóteses sobre o conteúdo do texto.	2	3	3	3
13 - Estabelece relações entre partes de um texto.	2	3	3	3
14 - Localiza informações explícitas em textos de diferentes gêneros.	2	3	3	3
15 - Identifica teses (ideias, afirmações) e argumentos em um texto.	2	3	3	3
16 - Distingue fato (acontecimento), de opinião sobre o fato.	2	3	3	3
17 - Realiza inferências a partir da leitura de textos verbais e não verbais.	2	3	3	3
CAPACIDADES DO EIXO: PRODUÇÃO ESCRITA				
18 - Escreve palavras com diferentes estruturas silábicas.	2	2	3	3
19 - Escreve sentenças	2	2	3	3
20 - Produz pequenos textos escritos de gêneros diversos.	2	2	3	3
CAPACIDADES DO EIXO: ORALIDADE				
21 - Participa de interações orais em sala de aula, escutando com atenção e compreensão, expondo opiniões, argumentando e respeitando os turnos de fala.	3	3	3	3
22 - Produz oralmente pequenos textos de gêneros diversos se adaptando às situações de comunicação.	3	3	3	3

Matemática		1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.
CAPACIDADES DO EIXO: NÚMEROS E OPERAÇÕES					
1 - Identifica os números em diferentes contextos e funções.	2	2	3	3	3
2 - Identifica quantidades comunicadas a quantidade de elementos através de representação numérica.	2	3	3	3	3
3 - Conta em ordem crescente e decrescente.	2	2	3	3	3
4 - Associa a denominação do número a sua respectiva representação simbólica.	2	3	3	3	3
5 - Reconhece termos como dúzia, meia dúzia, dezena, meia dezena, centena e meia centena, associando às suas respectivas quantidades.	2	2	2	3	3
6 - Identifica a posição de um objeto ou número numa série (noção de antecessor e sucessor).	2	3	3	3	3
7 - Reconhece a ideia de números ordinais	2	2	2	3	3
8 - Resolve problemas que envolvem a ideia da adição (juntar e acrescentar) com o suporte de materiais ou imagens.	2	3	3	3	3
9 - Resolve problemas que envolvem as ideias da subtração (tirar, comparar e completar) com o suporte de materiais e imagens.	2	3	3	3	3
10 - Resolve problemas que envolvem a noção de multiplicação com o suporte de imagens ou materiais.	2	2	2	2	2
11 - Resolve problemas que envolvem a noção de divisão com o suporte de imagens ou materiais.	2	2	2	2	2
CAPACIDADES EIXO: GRANDEZAS E MEDIDAS					
12 - Identifica unidades de tempo (dia, meses, ano e utiliza o calendário.	2	2	3	3	3
13 - Compara grandezas da mesma					

natureza por meio de estratégias pessoais e uso de instrumentos de medidas conhecidos (fita métrica, balança, recipiente).	2	2	2	3
14- Compara e ordena comprimentos (maior, menor, mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fino, mais estreito, mais largo)	3	3	3	3
15- Identifica e relaciona cédulas e moedas que circulam no Brasil	2	2	3	3
CAPACIDADES DO EIXO: ESPAÇO E FORMA				
16- Identifica a posição de pessoas e objetos em situações concretas, desenvolvendo noções de tamanho, lateralidade, localização, direcionamento etc...	2	3	3	3
17- Identifica, descreve e compara verbalmente as características das figuras geométricas planas: quadrado, triângulo, círculo, retângulo.	2	3	3	3
18- Classifica, ordena e seria de acordo com um ou mais atributos.	2	2	3	3
19- Reconhece os sólidos geométricos.	2	3	3	3
CAPACIDADES DO EIXO: TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO				
20- Lê e interpreta dados em gráficos e tabelas utilizando-as na compreensão de fenômenos sociais e na comunicação.	2	3	3	3
21- Coleta, organiza, classifica, ordena e constrói representações próprias para a comunicação dos dados coletados.	2	2	3	3



OBSERVAÇÕES DO PROFESSOR:

Aspectos relevantes a serem destacados no processo de alfabetização:

Como professor, o que implica a sua aprendizagem não ser melhor, ele ainda possui algumas dificuldades, como ortografia e leitura.

Uberlândia, 08 de dezembro de 2015

[Assinatura]

Assinatura do professor - 2º ano

Assinatura do Coordenador Pedagógico

Assinatura do Diretor

ANEXO 2: Fluxograma de Turmas e Alunos – Para 2015 – Diurno

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL: *Em Presidente Jamar Franco*

FLUXOGRAMA DE TURMAS E ALUNOS - PARA 2015 - DIURNO

Coordenadoria de Inspeção Escolar
e-mail: *tesc@uberlandia.mg.gov.br*
3239-2621

Localização do arquivo: *Itaeriz/Uberlândia - Escola/Obs 2014 Fluxograma para 2015*

EDUCAÇÃO INFANTIL/SITUAÇÃO EM 2014										EDUCAÇÃO INFANTIL/PREVISÃO PARA 2015									
		Manhã				Tarde				Manhã				Tarde					
		Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Observações	Turmas	Alunos	Novatos	Manhã		Tarde		Alunos		Total			
		Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Observações	Turmas	Alunos	Novatos	Escola	Novatos	Turmas	Alunos	Escola	Novatos	Nº de Turmas	Nº de Alunos		
04 anos																			
05 anos																			
ENSINO FUNDAMENTAL EM 2014																			
		Manhã				Tarde		Alunos Reprovados		Manhã				Tarde		Total			
		Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Observações	Turmas	Alunos	Manhã	Tarde	Turmas	Alunos	Escola	Novatos	Turmas	Alunos	Nº de Turmas		
1º Ano		04	112	02	56		03				04		84		04		07		
2º Ano		04	108	04	112		04				02				02		06		
3º Ano		03	84	02	58		04		06	06	04		108+06		04		168		
4º Ano		02	62	04	121		03		06	06	02		81+06		02		240		
5º Ano		03	84	04	113		02		04	04	04		56+04		04		160		
6º Ano																	192		
7º Ano																			
8º Ano																			
9º Ano																			
Total Geral		16	456	16	460		16				16		373		103		956		
PMEA																			

Observação: Qualquer alteração no fluxograma para 2015 só poderá ser feita mediante autorização da Coordenação da Inspeção Escolar.

Rui de C. Cunha

Uberlândia, *21* / *Julho* / *2014*

Maíra Carolina da Silva